



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE HISTÓRIA

Luan Fernando Cieglinski Lopes

**Uma análise historiográfica do pós-abolição: as experiências de associativismo negro em
Santa Catarina (1990-2021)**

Florianópolis
2023

Luan Fernando Ciegliniski Lopes

Uma análise historiográfica do pós-abolição: as experiências de associativismo negro em Santa Catarina (1990-2021)

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Bacharelo e Licenciado em História.

Orientadora: Prof.^a Dra. Glaucia Cristina Candian Fraccaro

Florianópolis
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Lopes, Luan Fernando Cieglinski

Uma análise historiográfica do pós-abolição : as
experiências de associativismo negro em Santa Catarina
(1990-2021) / Luan Fernando Cieglinski Lopes ;
orientadora, Gláucia Cristina Candian Fraccaro, 2023.
69 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História,
Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. História. 2. Historiografia catarinense. 3. pós
Abolição. 4. Sociedades Recreativas. 5. Decolonialidade. I.
Fraccaro, Gláucia Cristina Candian. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Graduação em História. III. Título.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, às catorze horas na sala trezentos e vinte e quatro do Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora composta pela Professora Gláucia Cristina Candian Fraccaro, Orientadora e Presidente, pelo Professor Willian Luiz da Conceição, Titular da Banca e pela Professora Michelle Maria Stakonski Cechinel, Suplente, designados pela Portaria nº 38/2023/HST/CFH do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de arguirem o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico **Luan Fernando Cieglinski Lopes**, subordinado ao título:” **Uma análise historiográfica do pós-abolição: as experiências de associativismo negro em Santa Catarina (1990-2021)**”. Aberta a Sessão pela Senhora Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo o candidato recebido da Professora Gláucia Cristina Candian Fraccaro a nota final 9,0, do Professor Willian Luiz da Conceição a nota final 9,0; sendo aprovado com a nota final 9,0. O acadêmico deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital à Coordenadoria do Curso de História até o dia quatro de dezembro de dois mil e vinte e três. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.

Florianópolis, 27 de novembro de 2023.



Documento assinado digitalmente

Gláucia Cristina Candian Fraccaro

Data: 01/12/2023 13:59:57-0300

CPF: ***.025.748-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Banca Examinadora:

Prof.a Gláucia Cristina Candian Fraccaro

Prof. Willian Luiz da Conceição

Prof.a Michelle Maria Stakonski Cechinel

Candidato Luan Fernando Cieglinski Lopes



Documento assinado digitalmente

WILLIAN LUIZ DA CONCEICAO

Data: 03/12/2023 10:33:17-0300

CPF: ***.801.399-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>



Documento assinado digitalmente

LUAN FERNANDO CIEGLINSKI LOPES

Data: 02/12/2023 01:04:52-0300

CPF: ***.373.149-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico(a) Luan Fernando Cieglinski Lopes, matrícula n.º 16250505, entregou a versão final de seu TCC cujo título é “Uma análise historiográfica do pós-abolição: as experiências de associativismo negro em Santa Catarina (1990-2021)”, com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 04 de dezembro de 2023.



Documento assinado digitalmente

Glauca Cristina Candian Fraccaro

Data: 05/12/2023 09:09:45-0300

CPF: ***.025.748-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Orientador(a)

AGRADECIMENTOS

Foi uma longa jornada até chegar neste momento. E não é fácil escolher e citar as pessoas que foram importantes nessa trajetória. Transmitir em palavras não é o suficiente para demonstrar a gratidão.

Agradeço a minha família, que mesmo não sabendo das dificuldades, nunca deixaram de apoiar. À minha mãe, que sempre buscou me fazer compreender que a educação é uma ferramenta de mudança, mesmo ela tendo sido impedida por vicissitudes da vida em concluir seus estudos.

À Ana Paula Pereira Polli, minha companheira, que sempre me motivou e buscou compreender as minhas dificuldades íntimas em lidar com o processo de formação. Obrigado por tudo.

Aos professores da graduação do momento anterior a UFSC, na Faculdade Porto-Alegrense, em Porto Alegre/RS, alguns me marcaram profundamente. Deixo aqui menções aos professores Alberto Tavares Duarte de Oliveira, Arilson dos Santos Gomes, Ricardo Fitz, Sandra Carelli, Véra Lucia Maciel Barroso e Walter Lippold.

À Universidade Federal de Santa Catarina e ao Departamento de História, que me acolheram através da transferência externa. Mesmo tendo que recomeçar o curso de História, foi a escolha correta.

À minha orientadora, Glaucia Fraccaro, que foi fundamental. Obrigado por aceitar o convite e possibilitar este momento, serei sempre grato.

Enfim, espero que este trabalho ajude nos debates e na compreensão do que se constitui como uma pequena parte dos estudos afro-brasileiros em Santa Catarina. Torço que o desenvolvimento de pesquisas neste campo desenvolva-se ainda mais, pois é urgente uma História combativa e antirracista.

RESUMO

O presente trabalho tem o principal objetivo de analisar dissertações e tese que foram defendidas entre as décadas de 1990 até 2021, com o foco na temática de associações e clubes negros em Santa Catarina. Estes trabalhos com uma abordagem bastante específica nos ajudam a compreender as relações sociais, as experiências individuais e coletivas dos afro-brasileiros deste Estado. Buscando nestes trabalhos verificar quais foram os posicionamentos adotados pelos autores, as fontes consultadas, suas metodologias e fundamentações teóricas, nosso principal objetivo é colocar em debate a presença do negro na história de Santa Catarina. Percebemos que no final na década de 1990 até o presente momento, há um esforço e o desenvolvimento de pesquisas que tiveram os mesmos objetivos, destacando não só a existência dos negros como atores das suas experiências, além disso, destacam que as trajetórias dos afro-brasileiros constituem marca importante para a sociedade brasileira e catarinense.

Palavras-chave: Historiografia catarinense, pós-Abolição, Sociedades Recreativas, Decolonialidade

ABSTRACT

The present work has the main objective of analyzing dissertations and theses that were defended between the decades of 1990 and 2021, with a focus on the theme of black associations and clubs in Santa Catarina. These works, with a very specific approach, help us understand the social relationships and individual and collective experiences of Afro-Brazilians in this state. By examining the positions adopted by the authors, the sources consulted, their methodologies, and theoretical foundations in these works, our main goal is to open a discussion on the presence of Black individuals in the history of Santa Catarina. We have observed that from the late 1990s to the present moment, there has been an effort and the development of research with similar objectives, highlighting not only the existence of Black individuals as actors in their experiences but also emphasizing that the trajectories of Afro-Brazilians constitute an important mark for Brazilian and Catarinense society.

Keywords: Catarinense historiography, post-Abolition, Recreational Societies, Decoloniality

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
CAPÍTULO 1: AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE O ASSOCIATIVISMO NEGRO EM SANTA CATARINA	16
1.1 Quem são os intelectuais e quais suas problemáticas.....	19
CAPÍTULO 2: AS PESQUISAS DESENVOLVIDAS DURANTE O FINAL DO SÉCULO XX E O INÍCIO DO SÉCULO XXI EM SANTA CATARINA	25
2.1 As Áfricas invisíveis em Florianópolis	28
2.2 Corpos negros e invenção da cidadania em Lages	33
2.3 Sociabilidades e presença negra no sul de Santa Catarina	37
2.4 Associativismo e construção identitária negra em Laguna	41
CAPÍTULO 3: O PAPEL DO INTELLECTUAL E ABORDAGEM DECOLONIAL	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
REFERÊNCIAS	60

INTRODUÇÃO

Buscando compreender como se deu a construção da narrativa historiográfica acerca do pós-abolição em Santa Catarina, este trabalho tem como intuito efetuar uma análise das dissertações e teses que tiveram como tema os clubes e associações negras no início do século XX. Os marcadores cronológicos dessas publicações vão desde os anos 1990 até o ano de 2021, as produções foram acessadas através dos repositórios das instituições da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e foram elaboradas no âmbito de programas de pós-graduação. As diversas pesquisas efetuadas no campo da escravidão e do pós-abolição no Brasil são fundamentais para entendermos como os sujeitos relegados a invisibilidade histórica produziram dinâmicas sociais que possibilitaram enfrentar as diversas realidades sociais, econômicas e políticas que populações negras estavam sujeitas.

Essas formações de clubes e associações destacam-se por sua intencionalidade em produzir melhores condições de cidadania para os sujeitos negros. Além de clubes de divertimento e de encontros, tratavam muitas vezes de fornecer formação profissional e escolarização, ainda que de maneira informal. Ao analisar esses trabalhos, além de evidenciar as abordagens teóricas e metodológicas das narrativas, pretendo verificar as mudanças que essa temática teve ao longo do tempo, tendo em meu escopo produções que vão dos anos 1990 até 2021.

Petrônio Domingues chama atenção para o fato de que os “ex-escravos, libertos e seus descendentes desapareciam dos registros historiográficos, o que fez com que essa área temática fosse apropriada por sociólogos, antropólogos e folcloristas”¹, entretanto, o corpo historiográfico ganhou novas produções nos anos 1990 e principalmente no século XXI. Domingues menciona o trabalho produzido por Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni, nos anos 1960, sob a orientação da Escola Paulista de Sociologia, onde efetuaram um estudo das relações raciais entre negros e brancos no período escravocrata e do pós-abolição². Esse

¹ DOMINGUES, Petrônio. “Um desejo infinito de vencer”: o protagonismo negro no pós-abolição. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 118-139, jul-dez. 2011, p. 120, grifo nosso. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/CNTvf4QcpGvMk9b5qdh3Jjq/?lang=pt>. Acesso em: 29 nov. 2021. A terminologia “ex-escravos” já foi amplamente discutida entre os estudiosos, existindo consenso entre os pesquisadores na mudança da utilização do termo. O sentido semântico do termo “ex-escravos” vai além do que uma simples categorização, engloba complexa estrutura do escravismo colonial. Em substituição a este termo, considera-se correto utilizar escravizados, pois, direciona diretamente a responsabilidade sobre aqueles agentes perpetuadores do sistema escravista, ou seja, os europeus no contexto de invasão portuguesa na América e posteriormente na manutenção deste sistema pelos imperadores até o ano de 1888.

² *Ibid.*, 2011.

pioneirismo foi importante para o desenvolvimento da temática, mas houve a necessidade da integração e da construção narrativa por parte da disciplina histórica.

Embora a análise feita por Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni³, sobre o negro em Florianópolis, sejam passíveis de muitas críticas, através do trabalho dos autores é possível verificar uma estratégia organizativa, na qual os cidadãos negros constituíram para enfrentar as adversidades criadas na no período escravista e pós-abolição. Assim, como sustentou no seu artigo intitulado “Historicizando o associativismo negro: contribuições e caminhos da historiografia”⁴, as autoras Lucia Silva e Regina Xavier, apontam que “A construção dessas relações frutificou na construção de entidades de apoio e fazem parte de uma complexa tessitura que chamamos de associativismo”⁵. Essas redes de solidariedade passam a fornecer o que o Estado não disponibiliza aos escravizados e libertos. Durante a vigência da escravidão, percebemos que é por meio de organizações semelhantes que o movimento abolicionista se utiliza de mecanismos para a libertação de escravizados, o mesmo vale para irmandades e outros tipos de entidades não oficiais que pudessem fornecer auxílios para mitigar a situação incerta dos indivíduos negros⁶.

As pesquisas que ganham corpo durante os anos 1960 e principalmente nos anos 1980 e 1990 trazem à tona um protagonismo negro, até então silenciado e como apontado anteriormente por Domingues, desaparecidos dos registros historiográficos. Sendo assim, Silva e Xavier pontuam que “Exemplos de associativismo negro têm sido recuperados através de pesquisas e apontam a importância do protagonismo dos libertos e de seus descendentes nas diversas regiões do Brasil”⁷, demonstrando que o enriquecimento dos debates na História social a respeito dos cidadãos negros apresenta desdobramentos importantes, principalmente no período emancipatório, que carregam heranças de assistência aos seus pares. São indivíduos sujeitados ao processo político de modernização e civilização das cidades, que através de mecanismos próprio desenvolvem formas de resistência a expulsão das zonas centrais da

³ CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octavio. **Côr e Mobilidade Social em Florianópolis**: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

⁴ SILVA, Lúcia Helena Oliveira; XAVIER, Regina Célia Lima. Historicizando o associativismo negro: contribuições e caminhos da historiografia. **Revista Mundos do Trabalho, Florianópolis**, v. 11, p. 1-15, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2019.e67320>. Acesso em: 29 nov. 2021.

⁵ *Ibid.*, p. 2.

⁶ Em publicação recente, o autor Mário Augusto Medeiros da Silva, traz explicações sobre o associativismo negro: “Associativismos negros em prol de um fim coletivo fazem parte da história política, religiosa e cultural brasileira [...] Tais associações figuram na paisagem social organizando redes de solidariedade e troca de ideias, acompanhando a luta por direitos, antirracista e antidiscriminatória” SILVA, Mário Augusto de Medeiros. Em torno da ideia de Associativismo Negro em São Paulo (1930-2010). **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 445-473, mai./ago., 2021. p. 445.

⁷ SILVA; XAVIER, *op. cit.*, p. 5.

cidade, da possibilidade de frequentar bancos escolares ou aprender ofícios e do racismo estrutural na qual a sociedade brasileira foi forjada.

Essas formações de clubes e associações destacam-se por sua intencionalidade em produzir melhores condições de cidadania para os sujeitos negros. Este processo estará intimamente ligado ao fato de levarmos em conta o aparato teórico utilizado por autoras e autores, o *locus* de onde se produz a obra, para conseguirmos notar os diferentes tipos de abordagens. Indo além, é um dos objetivos deste trabalho destacar quais fontes foram utilizadas nas produções, as metodologias utilizadas pelos autores e como elas ajudam a construção da temática do pós-Abolição e da História Social.

Ao levarmos em consideração as problemáticas abordadas pelos trabalhos, pretendemos demonstrar o grau de desenvolvimento da condição do negro como protagonista histórico e como esse desenvolvimento contribui para a valorização das experiências desses sujeitos. Desta forma, entendemos que a análise historiográfica vai permitir uma ampla compreensão de perspectivas e narrativas construídas sobre a população negra em diferentes cidades do estado de Santa Catarina, colocando em evidência a escrita histórica acerca da população negra nas produções catarinenses e suas nuances.

Este trabalho não tem a pretensão de ser uma análise sobre todos os tipos de trabalhos desenvolvidos ao longo de mais de três décadas de produções acadêmicas, que se preocuparam em colocar a história e cultura negra em destaque, por isto nossa escolha tão específica sobre produções que abordam o pós-abolição, mais especificamente de experiências de associativismo de negros. Considerando um amplo recorte temporal das produções historiográficas catarinense, o trabalho busca analisar as diferentes narrativas históricas construídas até então sobre os cidadãos negros de Santa Catarina, percebendo as diferentes abordagens e as mudanças que isso acarretou na escrita da história.

A exploração e análise dessas produções possibilita uma visão ampla da situação em que se encontra a historiografia catarinense sobre este tema. Destacando a importância em evidenciar o protagonismo do negro, que como sujeito histórico, buscou criar mecanismos de fuga da herança da escravidão, criando laços de solidariedade e ajuda mútua, entre outras formas. Pretendendo colocar em destaque as produções catarinenses sobre esse período, sem a intenção de comparar com as produções a nível nacional, mas sem deixar de considerar que há um diálogo entre os historiadores e que o fenômeno do associativismo foi experienciado em todo o Brasil. Que esse movimento de escrita da história se beneficia das mais diferentes produções, auxiliando na busca por ferramentas teóricas e metodológicas com o propósito de enriquecer o debate no campo da História Social.

O meu interesse pela temática do associativismo e do pós-abolição surge através do contato com a história e cultura afro-brasileira, que me foi apresentada pelo professor Arilson dos Santos Gomes⁸. Busco produções feitas sobre cidades de Santa Catarina, justamente com a intenção de analisar — a grosso modo — o “estado da arte” da historiografia do pós-abolição catarinense. Além desse interesse pessoal pelo tema, que também se incluem leituras sobre o período escravista colonial e imperial, minha primeira intenção era realizar a produção de um trabalho que explorasse a experiência de uma associação, clube ou outros que se assemelhassem pela característica de ajuda mútua e que eram exclusivamente de negros. Porém, por muitos motivos, isto não foi possível. A minha intenção é contribuir, visto que não encontrei outros trabalhos que façam o exercício que aqui proponho, de analisar esse cenário de produção, colocando em destaque essas produções historiográficas que coloque em evidência as lacunas ou dar visibilidade para esta temática pouco desenvolvida no nosso Estado e por nossos cursos de pós-graduação.

Percebemos durante a busca e seleção de trabalhos em nível de dissertações e teses que existe uma grande produção, sobretudo após os anos 1990, sobre a história afro-brasileira em Santa Catarina. No tocante a temática da formação dos clubes de afro-brasileiros em Santa Catarina compreendemos que existe a necessidade de pesquisas que contemplem outras áreas do Estado, principalmente na região oeste. As interpretações que tivemos acesso para analisá-las contemplam, especialmente, a área litorânea, com exceção do trabalho de Mirian Adriana Branco⁹, que analisou o Centro Cívico Cruz e Souza na cidade de Lages, na serra catarinense.

O recorte temporal deste trabalho está atrelado ao surgimento dos cursos de pós-graduação nas Universidades, principalmente na UFSC, onde segundo Janice Gonçalves¹⁰ é a partir de 1975 que há a formação em pós-graduação, tendo destaque o papel dos professores Oswaldo Cabral, Jaldyr Faustino da Silva, Valter Gomes, Oswaldina Gomes, Walter Piazza e

⁸ O professor Arilson atuou como docente na Faculdade Porto-Alegrense (FAPA) entre os anos 2013-2016, sendo meu professor na graduação, onde não finalizei o curso de história. Naquela instituição e com o professor Arilson, tive minhas primeiras leituras sobre o processo de luta por cidadania dos afro-brasileiros rio-grandenses e outras experiências desenvolvidas por esses grupos; é a partir desse momento que nasce o impulso por querer compreender mais profundamente o fenômeno do associativismo no pós-Abolição, só que agora no Estado de Santa Catarina, após o acolhimento da UFSC através da transferência externa.

⁹ BRANCO, Mirian Adriana. **Corpos nefastos** – cidadania incerta em Lages, o Centro Cívico Cruz e Souza e a invenção da nação. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, p. 115, 2002.

¹⁰ GONÇALVES, Janice. Parte I: Narrar. Capítulo III: “Novos e “velhos”: ser historiador em Santa Catarina, pp. 95-128. *In*: _____. **Sombrios Umbrais a Transpor**: Arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX. Orientador: Ana Maria de Almeida Camargo. 2006. 444 p. Tese (Doutorado em História) — Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, São Paulo, 2006.

Américo da Costa Souto¹¹. Além da própria UFSC, outra instituição importante do estado é a UDESC, tendo seu programa de pós-graduação desde 2007¹². No Estado do Rio Grande do Sul o trabalho selecionado é da Unisinos. A Unisinos teve seu programa de graduação em História fundado em 1987, com área em concentração da História Latino-Americana, mantém-se com um ótimo status na avaliação do CAPES¹³.

O surgimento do GT Emancipações e Pós-Abolição em 2013 foi fundamental para estabelecer um campo historiográfico para debates sobre as questões dos afro-brasileiros após a conquista da liberdade. Reuniu pesquisadores com propósitos semelhantes, articula a necessária ampliação da discussão destes temas se faz presente para superar as questões colocadas pela Escola de Sociologia Paulista e por estudos da Antropologia que tratavam em destacar as ações discriminatórias e colocar em pauta somente assuntos ligados à raça. O que queremos com esse estudo é investigar essas mudanças que ocorreram na abordagem destes temas desde o final da década de 1990 até o ano de 2021, compreendendo também que os cursos de pós-graduação e suas orientações quanto a escrita da história mudaram.

Por meio das fontes pude perceber que existia desde o final da década de 1990 uma crítica sobre as produções sobre os negros em Santa Catarina e também no Brasil, as abordagens muitas vezes não contribuíam para desmistificar enredos que até então eram tidos como causados pela escravidão. O que vem logo após o sistema escravista é tão importante quanto o entendimento sobre o perverso sistema que perdurou por 388 anos escravizando gerações e sequestrando da África milhões de pessoas¹⁴. Percebemos que os esforços de movimentos sociais ligados ao combate à discriminação racial geraram efeitos políticos positivos. Desde 2012 vigora a Lei nº 12.711¹⁵, configurando-se como um exemplo de atuação no campo político à esquerda, no fomento de políticas de ações afirmativas, como um instrumento de combate à discriminação, principalmente ao tema da educação, que sempre foi elemento fundamental para

¹¹ GONÇALVES, 2006, p. 110.

¹² Informação obtida através do próprio site da instituição. Disponível em: <https://www.udesc.br/faed/ppgh>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2022.

¹³ O site do programa de pós-graduação fornece estas informações. Disponível em: <https://www.unisinos.br/pos/mestrado-academico/historia/presencial/sao-leopoldo>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2022.

¹⁴ O banco de dados Slave Voyage foi constituído ao longo de “várias décadas de pesquisas independentes e colaborativas, com base em dados encontrados em bibliotecas e arquivos de todo o mundo atlântico”, possibilitando acesso gratuito aos pesquisadores da temática do tráfico de escravos transatlântico, nos fornecem os dados de que mais de 3 milhões de pessoas do continente africano foram trazidas à força para o Brasil. Disponível em: <https://www.slavevoyages.org>. Acesso em 13 nov. 2023.

¹⁵ BRASIL. **Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12711.htm. Acesso em: 15 nov. 2023.

a população negra. A educação foi mote para diferentes clubes e associações afro-brasileiras, enxergando na formação educacional possibilidades de ascensão social¹⁶.

O racismo estrutural não está evidente somente nas experiências cotidianas dos sujeitos negros, está também nas formas de produção do conhecimento das experiências dos sujeitos históricos esquecidos pela historiografia catarinense. Os esforços mais recentes da produção historiográfica busca novas formas de compreensão e investigação das diferentes dinâmicas e experiências desenvolvidas pelo povo negro. O resgate de histórias e da trajetórias de personagens negros de Santa Catarina, como no trabalho de Karla Nunes¹⁷ sobre Antonieta de Barros, de Godofredo de Oliveira Neto¹⁸ que realiza uma biografia e da produção literária de Cruz e Sousa, no trabalho de Fábio García¹⁹ e a trajetória de Ildfonso Juvenal e de Luana Teixeira e Lucésia Pereira²⁰ que reuniram obras de Trajano Margarida, a recente publicação de Jeruse Romão²¹ sobre a trajetória de vida de Antonieta de Barros entre outras personalidades negras que foram e podem ainda ser temas de produções historiográficas e que nos revelam, na singularidade da experiência destes indivíduos, a forma como enxergavam a sociedade e experienciam o mundo que viviam.

As publicações citadas são exemplos de trabalhos que analisaram personalidades afro-brasileiras de Santa Catarina. Ao serem publicadas em formatos de livros, facilitam o contato com a população em geral, trazendo ao debate público experiências de homens e mulheres negras. É necessário esse exercício de extrapolar esses limites de comunicação com a sociedade em geral, pois a função daqueles que se dedicam a problematizar a construção do nosso imaginário social, ajudam a combater os discursos falaciosos e negacionistas, seja sobre a história de homens e mulheres negras, da cultura, das experiências, dos protagonistas ou de qualquer outra esfera que foi omitida e silenciada pelos discursos oficiais da história, porta vozes de uma “verdadeira história”.

Embora este trabalho esteja destinado a própria academia, pois vai tratar dos discursos produzidos dentro dos espaços acadêmicos e verificar quais foram as abordagens durante o

¹⁶ SILVA; XAVIER, 2019, p. 4.

¹⁷ Cf. NUNES, Karla Leonora Dahse. **Antonieta de Barros**: uma história. Orientador: Élio Cantalício Serpa. 2001, 159 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, 2001.

¹⁸ Cf. NETO, Godofredo de Oliveira. **Cruz e Souza**: o poeta alforriado. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2010.

¹⁹ Cf. GARCIA, Fábio (org.). **Ildfonso Juvenal da Silva**: um memorialista negro no sul do Brasil. Florianópolis: Editora Cruz e Sousa, 2019.

²⁰ Cf. TEIXEIRA, Luana.; PEREIRA, Lucésia (orgs.). **Trajano Margarida**: o poeta do povo. Florianópolis: Editora Cruz e Sousa, 2019.

²¹ Cf. ROMÃO, Jeruse. **Antonieta de Barros**: professora, escritora, jornalista, primeira deputada catarinense e negra no Brasil. Florianópolis: Editora Cais, 2023.

período mais recente, também sugere a necessidade de produções que serão analisadas, principalmente em formas de ensino-aprendizagem nos espaços de educação formal e informal.

Torna-se necessário compreender o que foi produzido sobre essas formações organizativas de homens e mulheres negras silenciados e omitidos da narrativa oficial, para colocar em evidência a necessidade de incluir temáticas que orientam para a valorização dos sujeitos e grupos negros em terras catarinenses nos ambientes escolares e outros locais de educação informal, onde discutam a história e cultura afro-brasileira.

Assim sendo, nossos objetivos com este trabalho, dando destaque para os trabalhos que tratam especificamente da temática associativista do pós-abolição, é em primeiro lugar apontar as problemáticas que são abordadas nas produções historiográficas, relacionando com os devidos contextos de produção e vínculos institucionais. Em segundo lugar evidenciar quem são os intelectuais, quais os seus vínculos e programas de pós-graduação e laboratórios que estão associados. Em seguida, será necessário verificar onde essas narrativas historiográficas estão inseridas no campo da história, social, cultural ou da micro-história. É importante destacar que essas produções serão analisadas através de uma abordagem decolonial e de produção do conhecimento afro-diaspórico.

A discussão teórica se desenvolverá através das ideias de “locus de enunciação”, buscando referências em produções de Ramón Grosfoguel²² que propõe uma perspectiva que rompa com a orientação Europa-Estados Unidos como balizadoras do conhecimento. Esse rompimento estaria ligado a “perspectivas epistêmica subalternas”, no qual cria um embate qual o discurso colonial e coloca em evidência temas importantes para os estudos feministas e afrodiaspórico. Ainda segundo Ramón a ideia de *locus* de enunciação está em conexão com “o lugar geopolítico e corpo-político do sujeito que fala”²³, ou seja, as formações institucionais dos autores estão ligadas não só a sua própria perspectiva de história ou de como tratá-la. É ligada ao local geográfico e as referências institucionais e teóricas com as quais tem contato. Existe a necessidade de rompimento do que se convencionou acreditar os “legítimos centros produtores de conhecimento científico ocidentais” e buscar em outras direções, no mundo epistêmico “subalterno” novas construções de saber que forneçam interpretações que ajudam a construir o conhecimento em outro local “subalterno”, como no caso do Brasil.

²² GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [S.l.], v. 80, p. 115-147, 1 out. 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/697>. Acesso em: 06 jan. 2022.

²³ *Ibid.*, p. 119.

Arelado ao conceito de “conhecimento situado” Donna Haraway²⁴ buscando compreender quem escreve, porquê escreve, entendo o vínculo institucional ou de laboratório como uma condicionante na sua produção, se quem produz é homem ou mulher, branco ou negro, porque isso influencia diretamente na maneira que a construção da narrativa é realizada. Porque segundo a autora “a ciência é um texto contestável e um campo de poder; o conteúdo é a forma”²⁵, a narrativa histórica construída ao longo de todos esses anos nos espaços institucionais possui intencionalidades e silenciamentos. As produções de dissertações e teses são as formas que essas históricas encontram eco e correspondem a um embate do que até então havia sido dito/produzido. Não num movimento de substituição por algo “melhor”, mas a adequação do discurso por algo mais próximo do “real” e daquilo que pode ser apropriado pelo discurso histórico.

Além disto, pretende-se discutir a ideia de intelectual através das reflexões de Silvio de Almeida Carvalho²⁶, Edward Said²⁷ e de Olivier Dumoulin²⁸, para compreender destes autores o papel do intelectual, pois esses trabalhos vão muito além da simples produção individual, o conhecimento é de apropriação global, logo estes sujeitos possuem uma importância ímpar quando decidem discutir determinados temas.

Outro conceito importante para entendermos as produções é o do “pós-abolição”, que antes era tido somente como um termo ligado a um contexto histórico, mas que se torna com o desenvolvimento de pesquisas na área um conceito importantíssimo, pois é carregado de uma complexa relação com a organização da população negra. As referências principais para a discussão deste conceito são Hebe Mattos e Regina Xavier²⁹, ambas autoras com longa produção na área da escravidão e do pós-abolição e que nos ajudará não só a compreender o contexto histórico, mas possibilitará a reflexão da área de estudos que este tema se tornou. Segundo as autoras, o desenvolvimento da historiografia do pós-abolição se deu sobre a perspectiva econômica e política³⁰, que sempre teve um destaque nas pesquisas, enxergada

²⁴ HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 5, p. 7–41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 06 jan. 2022.

²⁵ *Ibid.*, p. 11.

²⁶ CARVALHO FILHO, Silvio de Almeida; NASCIMENTO, Washington Santos (orgs.). **Intelectuais das Áfricas**. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019. v. 1.

²⁷ SAID, Edward Wadie. **Representações do intelectual**: as Conferências Reith de 1993. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

²⁸ DUMOULIN, Olivier. **O papel social do historiador**: da cátedra ao tribunal. 1. ed. São Paulo: Autêntica Editora, 2017.

²⁹ RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 5, ed. 8, p. 170-198, jun. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/FRCsRSBMxZHwc7mD63wSQcM/?lang=pt>. Acesso em: 29 nov. 2021.

³⁰ *Ibid.*, p. 174.

como temáticas mais relevantes do que as próprias experiências dos sujeitos. O pós-abolição torna-se um campo de estudo que possibilita compreender a profusão de experiências desenvolvidas pela comunidade afro-brasileira em diferentes localidades.

São conceitos que estabelecem um diálogo com as produções analisadas e irão possibilitar a construção da discussão diante das propostas apresentadas pelos autores, os posicionamentos defendidos, as problemáticas apontadas, a metodologia adotada por cada uma das obras, considerando o sentido da narrativa historiográfica construída pelos autores.

O material para análise historiográfica são quatro trabalhos, sendo três dissertações e uma tese defendidas entre a década de 1990 e os anos de 2021, com o enfoque já demarcado nos parágrafos anteriores. Sendo eles, do mais antigo para o mais recente: Dissertação defendida em 1997 na UFSC, autoria de Maria das Graças Maria, sob o título de “Imagens Invisíveis de Áfricas Presentes – Experiências das populações negras no cotidiano da cidade de Florianópolis (1930-1940)”³¹; Dissertação defendida em 2002 na UFSC, autoria de Mirian Adriana Branco, título “Corpos nefastos – Cidadania incerta: Em Lages, Centro Cívico Cruz e Souza e a Invenção da Nação”³²; Dissertação defendida em 2011 na UDESC, autoria de Júlio César da Rosa, título “Sociabilidades e Territorialidade: A Construção de sociedades afrodescendentes no sul de Santa Catarina (1903/1950)”³³ e por último a tese defendida em 2021 na Unisinos, autoria de Júlio César da Rosa, título “Associativismo Negro em Laguna e a Construção Identitária: Irmandade, Sociedades Musicais e Clubes Negros (1870 a 1950)”³⁴.

Maria das Graças Maria discute a constituição de territórios negros após o movimento de higienização dos espaços urbanos da Florianópolis do início do século XX. Os territórios negros assumem características fundamentais de resistência, expressão e manutenção da cultura dos afro-brasileiros. Nesta discussão, os clubes também são compreendidos como espaços de manifestação da cultura negra, além de colocar em destaque a organização de entidades destinadas fundamentalmente ao negro. Maria das Graças Maria destaca o silenciamento das experiências de homens e mulheres negras na historiografia oficial e que graças a “[...] história

³¹ MARIA, Maria das Graças. “**Imagens Invisíveis de Áfricas Presentes**”: Experiências das populações negras no cotidiano da cidade de Florianópolis (1930-1940). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, p. 257, 1997.

³² BRANCO, 2002.

³³ ROSA, Júlio César da. **Sociabilidades e territorialidade**: A construção de sociedades de afrodescendentes no sul de Santa Catarina (1903/1950). Dissertação (Mestrado em História do Tempo Presente) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, p. 106, 2011.

³⁴ ROSA, Júlio César da. **Associativismo negro em Laguna e a construção identitária**: Irmandade, Sociedades Musicais e Clubes Negros (1870 a 1950). Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, p. 337, 2021.

social permitiu pensar-se estas construções a partir da descoberta das experiências do cotidiano de homens em mulheres comuns”³⁵.

Utilizando-se de fontes iconográficas, fotográficas, história oral, atas e outros documentos, a autora investiga esse cotidiano até então invisibilizado pela historiografia. Desenvolvida através da abordagem thompsoniana de história, Maria das Graças Maria produz suas análises das experiências dos indivíduos comuns, suas organizações, embates e resistências³⁶. Ao utilizar a memória oral como fonte, a autora compreende que não se trata de um relato sobre uma experiência vivida, mas sim um relato carregado de emoções e que se reconstrói quando contado, pois está atrelado de uma visão do próprio presente do sujeito. Sem perder o caráter qualitativo do que é contado, a autora afirma que “A memória oral registra as experiências passadas, que se apresentam no presente, permeadas de diferentes temporalidades, invenções e registros”³⁷.

Os recortes temporais e geográficos destes trabalhos são bastante próximos, considerando esse fenômeno do associativismo realizado nas primeiras décadas do século XX, nas cidades de Laguna, Lages e em Florianópolis. Como mencionado anteriormente, o acesso a esses trabalhos foi realizado através dos repositórios das instituições nas quais os autores realizaram seus mestrados e doutorados, sendo elas UFSC, UDESC e Unisinos. Instituições com uma longa tradição nos cursos de pós-graduação em História e que produzem diferentes linhas de pesquisa no campo histórico.

Mirian Adriana Branco na sua dissertação desenvolve uma análise sobre o Centro Cívico Cruz e Souza no contexto de modernização da cidade de Lages no início do Século XX. Segundo autora o Centro Cívico Cruz e Souza de Lages foi a primeira associação cívica fundada por negros no Estado³⁸. A política de higienização dos centros urbanos também era uma preocupação da elite lageana. O pós-abolição trouxe um "problema" para a elite local, um elevado número de pessoas negras adquire o status de não-cidadão, porque não tinham as atribuições que se julgavam necessárias³⁹. Segundo a autora o surgimento do Centro Cívico tem anuência de membros da elite política e econômica da cidade para "apoiar um grupo de negros interessados em criar uma associação, cujo principal objetivo era promover o levantamento moral, intelectual e social da população negra no município"⁴⁰. Os objetivos da autora são de

³⁵ MARIA, 1997, p. 22.

³⁶ *Ibid.*, p. 24.

³⁷ *Ibid.*, p. 26.

³⁸ BRANCO, 2002, p. 10.

³⁹ *Ibid.*, pp. 13-14.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 17.

analisar até que ponto o Centro Cívico auxiliou na "inserção da população negra de Lages, à cidade, à nação brasileira em formação durante a Primeira República" e de avaliar qual o nível de relação a elite municipal teve com os critérios adotados pelo Centro Cívico para o reconhecimento destas pessoas como cidadãos. Destaca-se que a autora utiliza dos jornais para compreender o nível de debate acerca das ações do Centro Cívico⁴¹.

Rosa na sua tese de doutorado dá prosseguimento aos questionamentos levantados na sua dissertação, que fora defendida em 2011. A intenção do autor é identificar as tensões que se davam entre as duas sociedades organizadas por afrodescendentes em Laguna, caracterizando a divisão entre essas organizações entre frequentadores que se reconheciam como "pretos" e outros como "mulatos"⁴². Com o objetivo de compreender essas relações, Júlio César da Rosa identifica nos clubes as formas organizativas, ligações com outros grupos, estratégias de fornecer ascensão social e da visibilidade do grupo em questão⁴³.

Destacando a análise de fontes realizadas para a produção do trabalho, Rosa justifica sua posição de retornar ao século XIX para compreender a ligação entre os fundadores dos clubes que fazem parte da análise da tese para compreender as relações sujeitos com outros tipos de organizações existentes no século passado. Ao buscar identificar as raízes desse associativismo afrodescendente no sul do Brasil, o autor recupera a participação e atuação de sociedades durante o período da escravidão. Aqueles sujeitos que participavam, no transcorrer dos episódios históricos do fim do período escravocrata, estabelecem-se em novas organizações com objetivos semelhantes.

Ao defender a ideia que havia tensões entre os associados de cada clube estudado, Rosa não pretende colocar em embates ideias racialistas, pelo contrário, a questão identitária trazida por ele está ligada a noção de uma construção de identidade que não é natural, mas parte de uma construção dos sujeitos pertencentes de cada clube⁴⁴. A intenção é trazer um novo olhar para a separação dessas associações, que segundo o próprio autor são compreendidas como ações discriminatórias, porém, para ele, em alguns contextos podem ocorrer pela "tensão" entre os sujeitos⁴⁵.

Para realizar a análise dessas pesquisas pretendo elaborar um quadro analítico que permita visualizar a problemática de cada produção, o aporte teórico utilizado pelos autores, bem como a metodologia empregada por eles; atrelado a isso, insere-se neste quadro analítico

⁴¹ BRANCO, 2002, p. 18.

⁴² ROSA, 2021, p. 19.

⁴³ *Ibid.*, p. 20.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 29.

⁴⁵ *Ibid.*, p. 31.

as fontes analisadas, o recorte geopolítico, quem são os pesquisadores e quais as instituições e/ou laboratórios estão vinculados. Nesta etapa, será importante a discussão da função da construção narrativa, assim como o papel histórico do historiador, para isso pretendo compreender como esses pesquisadores inserem-se no campo da história social ao abordarem as experiências de resistência e luta do povo negro no contexto pós-abolicionista.

CAPÍTULO 1: AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE O ASSOCIATIVISMO NEGRO EM SANTA CATARINA

Na década de 1990 a professora do departamento de Antropologia da UFSC, Ilka Boaventura Leite, organizou um livro sobre a temática dos “Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade”⁴⁶, diversos autores contribuíram com pesquisas sobre a comunidade negra na região sul do país em diferentes temáticas, tais como a invisibilidade, terra e trabalho, família e parentesco, religiosidade, sociabilidade urbana e o racismo. Dois textos são importantes para nossa discussão, pois abordam justamente a questão da invisibilidade do sujeito e do esquecimento historiográfico.

As autoras Ilka Boaventura Leite e Joana Maria Pedro⁴⁷ — com outros colaboradores — vão abordar a temática da invisibilidade do negro, trazendo as considerações historiográficas que relegaram a comunidade negra ao esquecimento. Em um dos trechos nos é explicado que a literatura histórica de caráter positiva colocava o “elemento negro” como secundário ou inexistente, tirando qualquer importância daquelas existências e das suas ações sociais. Acrescentando-se a isto, essa historiografia teria justificado o baixo volume populacional de negros no estado de Santa Catarina em decorrência de uma “escravidão mais branda”⁴⁸. A problemática argumentação de autores como Oswald Cabral e Piazza são destacadas pelas autoras que colocam em evidência o silêncio historiográfico sobre essas populações, que perduram pelo menos até a década de 60 com os autores Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni⁴⁹.

A historiografia mais “tradicional” sempre encarou a sociedade brasileira como uma democracia racial, um estado de coisas que eram possíveis para todos os cidadãos. Entretanto, a autora observa que:

enquanto a identidade brasileira é inclusiva, procura contemplar a diferença étnica, a *identidade do sul se constrói pela negação do negro*. É principalmente neste século que a imagem do negro vai pouco a pouco fazendo parte da identidade nacional em construção, da idéia de ‘cultura brasileira’⁵⁰.

⁴⁶ LEITE, Ilka Boaventura (org.). **Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

⁴⁷ PEDRO, Joana Maria *et al.* Escravidão e preconceito em Santa Catarina: história e historiografia. In: LEITE, Ilka Boaventura (org.). **Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. pp. 229-247.

⁴⁸ LEITE, *op. cit.*, p. 41; PEDRO *et al.*, *op. cit.*, pp. 234-235.

⁴⁹ LEITE, *op. cit.*, p. 43; PEDRO *et al.*, *op. cit.*, pp. 236-237.

⁵⁰ LEITE, *op. cit.*, p. 49, grifo do autor.

A questão da identidade catarinense sempre foi um debate constante, como observado pela autora. A nível nacional diferencia-se, pois parece sempre retroceder a imagem do imigrante europeu como principal personagem histórico que desenvolveu áreas economicamente o Estado. O problema reside justamente nessa discussão, que coloca em um território de inexistência do sujeito negro, em decorrência de atitudes tomadas pelo próprio poder público que limitou o acesso a condições básicas de existência, bem como da própria sociedade que carregava uma mentalidade escravista e conseqüentemente racista e exclusivista. A elite branca, portanto, cerceou de diferentes formas as ações que a comunidade afro-brasileira no território catarinense poderia tomar. Diante disso, tornou-se necessário encontrar novas formas de resistência, dessa forma as investigações que se seguem e análise que pretendo efetuar, foram e são para colocar em evidências quais práticas sociais a comunidade negra em Florianópolis, Laguna e Lages adotaram para esquivar-se das limitações impostas pela sociedade constituída em uma ideologia racista e excludente.

Petrônio Domingues no artigo que analisa a produção sobre o protagonismo negro em Santa Catarina chama atenção para a necessidade de discussão do “papel feminino na história do protagonismo negro”⁵¹. mostrando-se fundamental não apenas mostrar a existência de mulheres negras em espaços de ação social, mas de fazer investigações mais profundas sobre as reais práticas que essas mulheres negras assumiram na sociedade catarinense. Nos trabalhos que analisamos fica evidente que a pesquisa sobre essas personagens femininas não ocorreu na forma de destaque, embora tenham sido citadas os seus papéis nas sociedades organizadas pela comunidade negra. Domingues faz um alerta, dizendo-nos que “é chegada a hora de procurar entender como as relações de gênero na sociedade foram atravessadas pelo recorte racial e, por outro lado, perceber como se deram as relações de gênero no meio negro”⁵².

O próximo tópico tem como objetivo analisar e demonstrar os percursos percorridos pelos autores-pesquisadores selecionados para este trabalho. Visando esquadrihar o trabalho por completo iremos mostrar os pontos fundamentais para a constituição das argumentações que foram desenvolvidas e defendidas pelos autores. Esta etapa é fundamental para compreendermos as diferenças que podemos observar nestes trabalhos que foram feitos entre os finais dos anos 1990 até o mais recente ano de 2021. Trabalhos estes que foram desenvolvidos em instituições com uma tradição nos cursos de História e pós-graduação na região sul do Brasil.

⁵¹ DOMINGUES, 2011, p. 128.

⁵² *Ibid.*, *loc. cit.*

Ao adentrarmos nas pesquisas realizadas iremos vislumbrar um cenário de Brasil pós-abolicionista que carrega muitos preconceitos raciais e econômicos, com políticas higienistas nos centros urbanos que buscaram efetuar o afastamento físico e simbólico da comunidade afro-brasileira. Torna-se essencial compreender a importância destes tipos de estudos para evidenciar a necessidade do desenvolvimento e abordagem de estudos que tenham como objeto de pesquisa as experiências de homens e mulheres negras no Brasil depois do período escravocrata, omitidos por historiadores que balizaram a escrita da história nas temáticas políticas e econômicas, agora são recuperados por historiadores que buscam compreender as experiências desses sujeitos e a visibilidade da história do negro no campo da história social.

1.1 Quem são os intelectuais e quais suas problemáticas

Abordar quem são esses intelectuais torna-se fundamental para compreender seus percursos acadêmicos e suas produções enquanto historiadores e intelectuais. Ao escolhermos suas dissertações e tese, percebemos que todos os autores estavam ligados a instituições de ensino com uma longa tradição nos cursos de História nos níveis de graduação e pós-graduação.

O Programa de Pós-Graduação em História da UFSC existe pelo menos desde 1975, em nível de mestrado, já o nível de doutorado, pelo menos desde os anos 1998. Segundo como verificamos no site instituição do programa da UFSC, a área de concentração dos estudos foi em História Cultural até o ano de 2017, ampliando as áreas de especialização em outros campos, como “História do Meio Ambiente”, “História Global do Trabalho”, “Histórias do Gênero e Poder”, “História da Sociedade, Política, Cultura no Mundo Contemporâneo” e “História Indígena, Etnohistória e Arqueologia” e “História da Historiografia, Arte, Memória e Patrimônio”⁵³.

O Programa de pós-graduação da UDESC é um pouco mais recente do que o da UFSC, remontando aos anos de 2007 o programa conta com mestrado e doutorado com área de concentração em História do Tempo Presente, tendo como principais linhas de pesquisas: “Culturas Políticas e Sociabilidades”, “Linguagem e Identificação”, “Políticas de Memória e Narrativas Históricas”⁵⁴. Essas diferentes opções oferecidas pelas instituições de referência em Santa Catarina — UFSC e UDESC — formam o que podemos considerar o “centro” produtor da historiografia catarinense nos dias de hoje.

Avançando um pouco ao sul, no estado do Rio Grande do Sul, na cidade de São Leopoldo, município vizinho de Porto Alegre, capital gaúcha, há a instituição privada de ensino Unisinos com uma longa tradição no seu curso de história, que existe desde 1964. Já o Programa de Pós-Graduação foi fundado em 1987 e estando em funcionamento até os dias de hoje, tem como área de concentração os ‘Estudos Históricos Latino-Americanos’ divididos nas linhas de pesquisa: “Sociedades Indígenas, Cultura e Memória”, “Migrações, Territórios e Grupos Étnicos” e “Poderes, Ideias e Instituições”⁵⁵. Fazendo parte das três instituições mais importantes do Rio Grande do Sul, conjuntamente com Universidade Federal do Rio Grande

⁵³ Cf. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina <https://ppghistoria.ufsc.br>

⁵⁴ Cf. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina <https://www.udesc.br/faed/ppgh>

⁵⁵ Cf. Programa de Pós-Graduação em História na Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Disponível em: <https://www.unisinos.br/pos/mestrado-academico/historia/presencial/sao-leopoldo>. Acesso em: 15 mar. 2022.

do Sul e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, são instituições referências para a historiografia regional rio-grandense e para a história do Brasil como um todo.

O processo de seleção dos trabalhos deu-se por meio da leitura de obras relacionadas à historiografia catarinense, com ênfase na história afro-brasileira. Dentre as inúmeras temáticas exploradas nos textos lidos e já citados anteriormente, temos a presença de estudos do associativismo utilizado como referência. Chegamos aos autores Maria das Graças Maria, Mirian Adriana Branco e Júlio César da Rosa através dessas leituras, que por conseguinte, nos levaram até as instituições de ensino — UFSC, UDESC e Unisinos.

É importante ressaltar que não foi a institucionalidade que me guiou até os autores. Durante o acesso dos repositórios da Universidade Federal do Paraná⁵⁶ e Universidade Federal do Rio Grande do Sul⁵⁷ encontramos trabalhos sobre a temática do associativismo negro e do pós-abolição, mas não com o foco em Santa Catarina.

Nossos autores fizeram parte de programas de pós-graduação com altíssima recomendação, o que coloca suas produções em critérios avaliativos ainda mais exigentes, pois os programas são avaliados pelo CAPES e são classificados através de notas. Fazer parte como pesquisador em formação de programas referência, torna-se ainda mais importante pois foram trabalhos com problemáticas e objetivos investigativos em abordar o que durante muito tempo a historiografia silenciou.

Discutindo a posição do intelectual frente a sociedade e a institucionalidade, Edward Said afirma que a posição do intelectual deve ser de “questionar as normas vigentes; e isso porque precisamente as normas dominantes estão, hoje, de maneira muito íntima, ligadas à nação [...]”⁵⁸, o papel dos historiadores analisados e daqueles que não foram abordados neste trabalho, fornecem os caminhos para uma (re)formulação de uma “nova história”. Colocar em visibilidade as histórias dos negros, indígenas e mulheres, ou seja, dos “esquecidos e invisibilizados”, está de alguma maneira combatendo a lógica de uma história que foi profundamente racista/sexista e que seguia uma lógica de como se dava o poder institucional, branco, cisgênero e cristão.

⁵⁶ Cf. SANTIAGO, Fernanda Lucas. **Sociedade 13 de Maio: Uma Estratégia de Sobrevivência no Pós-Abolição (1888-1896)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná. Curso de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Curitiba, p. 94, 2015.

⁵⁷ Cf. SILVA, Fernanda Oliveira da. **As Lutas Políticas Nos Clubes Negros: culturas negras, racialização e cidadania na Fronteira Brasil-Uruguaí no pós-abolição (1870-1960)**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, p. 278, 2017.

⁵⁸ SAID, 2005, p. 47.

Percebemos que com a ampliação das áreas de estudo para a especialização dos intelectuais, a multidisciplinaridade torna-se muito mais evidente nas áreas de concentração que os profissionais que compartilham diferentes interesses. O enriquecimento dos programas de pós-graduação traz ao debate acadêmico diferentes perspectivas da construção histórica do conhecimento, fazendo com o que o papel do intelectual produza mais sentido não só para os seus pares que compartilham interesses mútuos, mas para a sociedade como um todo.

Júlio César da Rosa conclui seu ensino médio em 1995 numa escola de ensino público, no ano de 2006 Júlio formou-se na Universidade do Extremo Sul Catarinense no curso de História, tendo como tema do seu trabalho de conclusão de curso: “União Operária: Resistência e Manifestação cultural negra em Criciúma na década de 30”. O trabalho demonstra que Júlio César da Rosa iniciava sua trajetória acadêmica através da temática de clubes negros em Santa Catarina, infelizmente não foi possível encontrar uma versão digitalizada do trabalho de Júlio, por este motivo não poderemos fazer mais apontamentos sobre quais problemáticas e metodologias foram abordadas pelo autor.

Em acesso a plataforma do currículo *lattes*, podemos ver a formação e consolidação da posição assumida pelo Júlio César da Rosa na escrita da história da população negra, explorando a temática da presença afro-brasileira no sul do Brasil. No período do seu mestrado e doutorado percebemos que as publicações se mesclavam ao que ele vinha desenvolvendo na sua dissertação e tese, respectivamente. Essa maturidade e aprofundamento trazido pelo autor nas questões das sociabilidades dos negros em Laguna fez com que as discussões sobre a formação de clubes negros em Santa Catarina tornasse-o uma referência, seu estudo aparece também na recente coletânea desenvolvida sobre Laguna, “Revisitar Laguna: histórias e conexões atlânticas”⁵⁹ um livro que conta com as pesquisas de historiadores que debruçaram-se sobre diferentes momentos da história lagunense com o intuito de demonstrar a rica história que a pequena cidade, um dia portuária e de importância para o comércio de Santa Catarina, produziu.

Maria das Graças Maria é professora aposentada da rede Estadual de Ensino do Estado de Santa Catarina, atuou desde 1983 como professora do ensino médio, a trajetória acadêmica de Maria das Graças começa no ano de 1973, finalizando sua graduação no ano de 1977. Na década seguinte, a professora Maria das Graças Maria fez duas especializações, a primeira em História Econômica na Fundação Educacional Severino Sombra e em História Contemporânea, na Pontifícia Universidade Católica. Seu ingresso no programa de pós-graduação da UFSC vai

⁵⁹ Cf. MAMIGONIAN, Beatriz; SAYAO, Thiago (org.). **Revisitar Laguna: Histórias de conexões atlânticas**. 1 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2021, v. 1.

acontecer no ano de 1994, onde desenvolveu a dissertação que analisamos no capítulo seguinte. O seu trabalho foi orientado pela professora Joana Maria Pedro, que possui longa experiência na história de Santa Catarina, principalmente sobre a história das mulheres. A professora Joana Pedro foi uma das primeiras alunas do curso de pós-graduação da UFSC em História nos anos 1980.

Através do currículo *lattes* da professora Maria das Graças Maria percebemos que ela sempre atuou em concomitância ao seu trabalho de professora do ensino médio, com atuações em cursos de especialização, como supervisora de estágio na UFSC, como professora substituta e também como professora convidada na Escola Superior de Criciúma. Seu trabalho na rede pública de ensino começou na década de 1980 no município de Paulo Lopes, depois sendo transferida para o Instituto Estadual de Educação, sendo professora até 1998 e aposentando-se por tempo de serviço.

A atuação da professora Maria das Graças Maria parece-nos que sempre foi de muita atividade. Segundo os registros de participação, elaboração e publicações, entre os anos 1990 e 2010, Maria das Graças sempre esteve em eventos discutindo as temáticas do seu interesse, como a invisibilidade negra, territórios e etnia, como também as questões educacionais, multiculturais, gênero, preconceito, atrelado a questões pedagógicas. Assim como Júlio César da Rosa, professor da rede pública de ensino do Estado, a professora Maria das Graças Maria sempre buscou divulgar a história dos afro-brasileiros que foi tema da sua dissertação e que reproduziu o interesse e o reconhecimento do papel dos negros na formação da sociedade catarinense.

Mirian Adriana Branco formou-se em História na UFSC no final da década de 1990, fazendo em sequência sua dissertação de mestrado, objeto de análise desta dissertação. Sua orientadora, Maria Bernadete Ramos Flores, foi aluna do Programa de Pós-Graduação de História da UFSC nos anos 1980, assim como Joana Maria Pedro, ora orientadora de Maria das Graças Maria na sua dissertação de mestrado. Através do currículo *lattes* de Mirian Branco, percebemos que sua trajetória como professora iniciou após sua defesa de dissertação, sendo professora de rede privada de ensino básico entre os anos de 2002 a 2015. Seu doutoramento ocorreu entre os anos de 2011 a 2015, onde na Universidade de São Paulo defendeu a tese em história social: “Estado de tensão e compreensão internacional: o projeto tensões e as ações intelectuais pela paz (1948-1958)”, orientadora pela professora Sara Albieri. No presente momento, a autora Mirian Adriana Branco encontra-se como professora na Faculdade Municipal de Palhoça, ministrando disciplinas de Sociologia, Ensino Escolar e Gestão Escolar.

Percebemos que Mirian Adriana Branco teve mudanças significativas nas temáticas abordadas ao longo da sua produção como historiadora. Na sua dissertação ficou claro que a análise feita, além de envolver o Centro Cívico Cruz e Souza, foi a abordagem acerca da política adotada pela elite lageana e a política nacional. Suas pesquisas abordam também o uso da dança como expressão, a estética e a cor, além da presença dos afro-brasileiros no processo de constituição da cidadania.

Cristina Scheibe Wolff⁶⁰ apresenta características da historiografia catarinense e como a historiografia tradicional produziu uma história voltada para os acontecimentos que diziam respeito a economia, política e a personagens da elite catarinense. Salientando que o caráter de uma nova história é pautado justamente pela contraposição das práticas que a história tradicional vinha utilizando na escrita da história, fundamentalmente a narrativa da história e não a sua análise. A mudança na forma como a construção histórica foi fundamental para os novos temas e debates poderem formarem áreas importantes de pesquisa, como a história da escravidão, do pós-abolição e da liberdade. É dessa “nova história” que os nossos autores fazem parte.

Percebendo que Maria das Graças Maria, Júlio César da Rosa e Mirian Adriana Branco, entre o final da década de 1990 até o recente ano de 2021 formam o que podemos chamar de “novos historiadores”, que fornecem ao campo histórico as investigações da história de africanos e afro-brasileiros em terras catarinenses, os autores em debate possuem consciência do seu papel enquanto intelectuais e da sua posição, pois assumem que as perspectivas da história tradicional foram os motivadores para o apagamento dos negros da história do Estado de Santa Catarina⁶¹.

As novas abordagens no campo histórico em Santa Catarina serão motivadas sobretudo pelas mudanças do curso de Pós-Graduação em História na UFSC na década de 1980-1990⁶², em decorrência da mudança do quadro de professores que tiveram anos antes suas teses defendidas em instituições como a Universidade de São Paulo e na Pontifícia Católica, instituições que provocaram as primeiras mudanças nas abordagens temáticas de história e que trouxeram ao debate novos atores, como as mulheres, indígenas, negros, crianças etc.

Essa preocupação com outras áreas é apontada por Janice Gonçalves como uma mudança necessária na perspectiva⁶³. Defendendo que há uma “querela” em diferentes

⁶⁰ WOLFF, Cristina Scheibe. Historiografia catarinense: uma introdução ao debate. **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis, v. 3, n. 1, 2009, p. 52-61.

⁶¹ BRANCO, 2002, pp. 19-20; MARIA, 1997, pp. 12-13; ROSA, 2010, pp. 15-16; 2021, pp. 45-77.

⁶² GONÇALVES, 2006.

⁶³ *Ibid.*, p. 43.

momentos da historiografia, o programa de Pós-Graduação em História da UFSC busca ampliar o arcabouço documental para “dar conta” das novas demandas temáticas que surgiam. É sobretudo nesse período que o uso das fontes orais, periódicos/jornais, fotografias e fontes que não eram originadas em instituições públicas⁶⁴, foram sendo utilizadas para a composição das novas dissertações e teses que surgiam sob a orientação dos novos historiadores que gestaram novos profissionais interessados em diferentes áreas.

De fato, essas mudanças podem ser percebidas nas dissertações e tese dos autores analisados. A utilização das fontes orais, do acesso a periódicos, fotografia foi possível a constituição de uma história que não estava registrada nos documentos oficiais. Essa “outra história” entre muitas aspas, que não foi elemento de abordagem daquela “história dita tradicional” é hoje fundamental para a compreensão das experiências de africanos e afro-brasileiros em cidades catarinenses. Ao recorrer às entrevistas, nossos autores puderam registrar não só um passado inacessível por outros meios documentais, mas também com esses relatos acessar a visão de mundo dessas pessoas que compartilharam suas lembranças, seus sentimentos que deram significados ao que ficou registrado em suas memórias.

⁶⁴ GONÇALVES, 2006, p. 49.

CAPÍTULO 2: AS PESQUISAS DESENVOLVIDAS DURANTE O FINAL DO SÉCULO XX E O INÍCIO DO SÉCULO XXI EM SANTA CATARINA

O objetivo do presente capítulo é apresentar e analisar os principais pontos das dissertações e tese selecionadas para compor nossa análise historiográfica. Embora diminuta, servirá de exemplo para que possamos visualizar como se desenvolveram pesquisas em períodos diferentes, que tiveram similitudes em suas abordagens considerando o tema mais geral, associações de afro-brasileiros em Santa Catarina. Sendo assim, pretendemos identificar quais foram os principais pontos da investigação, que tipo de fontes foram consultadas, quais as dificuldades relatadas por nossos autores, seus argumentos e conclusões.

Torna-se necessário, de antemão, apontar para um contexto social que se deu anos antes das publicações das respectivas pesquisas. Ao compreender que esses avanços nos campos investigativos da história social são frutos de lutas sociais do movimento negro e de um movimento em prol do fim da ditadura militar no Brasil nas décadas de 1970 e 1980 sobretudo, nos possibilitam perceber que esses trabalhos acompanham a necessária mudança que já vinha ocorrendo no campo da história como um todo⁶⁵.

A abordagem thompsoniana foi influente na historiografia brasileira principalmente após as décadas de 1970 com a chegada dos textos ao meio acadêmico brasileiro. Diante disso, com uma nova abordagem da sociedade inglesa, segundo Silvia Hunold Lara, as considerações de Thompson acerca da relação “*gentry-plebe*” foram fundamentais para a mudança de posição dos historiadores sobre a escravidão no Brasil, principalmente na relação senhores e escravos. Portanto, é a partir dessa nova superação das análises que vinham até então tomando campo da história da escravidão no Brasil que os escravizados passam a ser percebidos como sujeitos históricos⁶⁶.

Essa relação foi compreendida como uma relação de “luta de classes”, onde os senhores e escravidão são partes da estrutura do sistema escravista que tem no seu cerne a exploração da mão-de-obra dos escravizados. O texto de Silvia é dos anos 1995, onde a autora consegue perceber que as mudanças de pelo menos 25 anos são consideráveis, trazendo ao debate do campo da história social do trabalho ou da própria história da escravidão abordagens que

⁶⁵ CHALHOUB, Sidney; FONTES, Paulo. História Social do Trabalho, História Pública. **Perseu – História, Memória e Política**, v. 3, n. 04, p. 219-228, 2009. Disponível em: <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/185> Acesso em: 31 ago. 2023.

⁶⁶ LARA, Silvia Hunold. Blowin’ In The Wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, São Paulo, n. 12, p. 43-56, 1995. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11300>. Acesso em: 31 out. 2023.

confrontam as ideias tradicionalmente desenvolvidas. A percepção da autora é que a mudança substancial nas pesquisas ajudou a desenvolver um campo de pesquisa ainda mais aprofundado nas questões da escravidão para o escravizado e da liberdade. A menção fica para o texto de Sidney Chalhoub sobre “Visões da Liberdade” que procurou colocar em primeiro plano o protagonismo de sujeitos que tiveram suas histórias marcadas pela escravidão e que nas suas estratégias modos de encontrar a liberdade.

Chalhoub⁶⁷ emprega no primeiro capítulo críticas ao que ele chamou de "mito do escravo-coisa". Remontando aos posicionamentos de Perdigão Malheiro, F. H. Cardoso e Jacob Gorender com abordagens da escravidão no Brasil que não podiam ou deveriam ser reproduzidas. Seu livro, *Visões da Liberdade*, é do início da década de 1990 e com isso nos deparamos com um esforço em buscar novas formas de compreender e investigar o escravismo brasileiro, renovando a historiografia sobre os sujeitos africanos e afro-brasileiros. Segundo o autor “não subsiste qualquer motivo para que os historiadores continuem a conduzir seus debates a respeito da escravidão tendo como balizamento essencial a teoria do escravo-coisa”⁶⁸, podemos estender esse posicionamento de Chalhoub para as abordagens que investigaram e investigam o período pós-abolição.

Torna-se fundamental, portanto, compreender que os trabalhos desenvolvidos por Maria das Graças Maria, Mirian Branco e Júlio César da Rosa, puderam a partir de posicionamentos como o de Chalhoub, desenvolver uma outra história sobre homens e mulheres negras em Santa Catarina. A compreensão do surgimento e elaboração das associações e clubes de negros é o elemento que congrega o desenvolvimento de uma comunidade negra, heterogênea e que se propuseram a colocar-se na sociedade e nos seus contextos específicos com diferentes intenções.

O que demonstram os autores em suas pesquisas é como essas organizações se tornaram importantes para aqueles sujeitos que estiveram envolvidos nas suas atividades e para além disso, na história da população negra, que através desses esforços por espaços de convivência e luta, conquistaram reconhecimento. O desenvolvimento das pesquisas é de um contexto renovado e no qual percebemos que se tornam ainda mais profundos quando saltamos para o ano de 2021, na pesquisa realizada por Júlio César da Rosa, conferindo análise aprofundada das relações de sociabilidade de constituição de identidade pelos afro-brasileiros da cidade de Laguna. Estes trabalhos são realizados em diferentes momentos, mas com um elemento em

⁶⁷ CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁶⁸ *Ibid.*, p. 42.

comum que os colocam num mesmo campo de pesquisa, a história social e a história da população negra.

A década de 1980 no Brasil foi um período bastante conturbado por mudanças políticas, temos o fim da ditadura militar e uma nova composição do corpo político nos estados. Almicar Araujo Pereira⁶⁹ pontua que foi a partir dos anos 1982 que se constitui diálogos do movimento negro com representantes do Estado. Em sua tese, com entrevistas de membros do movimento negro à época, Pereira percebeu que não havia um consenso de que esse diálogo era necessário e que o movimento deveria agir por conta própria⁷⁰. Embora essa não concordância por parte de alguns membros do movimento negro em não aderir aos diálogos com o poder público, evidenciou-se uma massiva participação de parte do movimento negro na contribuição e composição da Constituinte. Com essa possibilidade de debater de dentro do grupo que organizou a Constituição Federal, uma das vitórias foi o reconhecimento de propriedades de terras remanescentes de quilombos⁷¹.

A área da História Social do Trabalho sofreu modificações no seu campo investigativo modificando suas metodologias e teorias, principalmente como o já citado Thompson. A influência externa e a emergência por novas abordagens fizeram com que pesquisadores brasileiros questionassem os paradigmas até então sustentados pela historiografia⁷². As abordagens clássicas do trabalho, do período escravista e do pós-abolição já não explicavam porque a sociedade brasileira sofria com tantas desigualdades. A questão do mito da democracia racial é colocada em debate por Florestan Fernandes nos anos 1960 e que muda fundamentalmente a questão das pesquisas sobre o negro na sociedade de classes. A ideia do conceito de "trabalhador" nas discussões acadêmicas sofre uma ampliação na década de 1980, colocando isto em debate com movimentos feministas e negro considera-se que:

[...] a adoção de perspectivas de gênero e de raça eliminou a invisibilidade das mulheres e das diferenças raciais nos estudos sobre as vivências cotidianas, os modos de inserção e relações de trabalho, promovendo uma inflexão metodológica e uma significativa ampliação temática⁷³.

⁶⁹ PEREIRA, Almicar Araujo. “**O Mundo Negro**”: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). Orientadora: Hebe Maria Mattos. 2010. 268 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.

⁷⁰ *Ibid.*, pp. 214-215.

⁷¹ *Ibid.*, pp. 222-223.

⁷² CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos Ael**, Campinas, v. 26, n. 14, p. 11-49, 2009. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ael/article/view/2558>. Acesso em: 10 out. 2023; LARA, Sílvia Hunold. Escravidão, Cidadania, e História do Trabalho no Brasil. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, São Paulo, n. 16, p. 25-38, 1998. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11185>. Acesso em: 31 out. 2023.

⁷³ *Ibid.*, p. 41.

Portanto, o ano de 1988 torna-se importante para o movimento negro para uma ressignificação dos cem anos da abolição da escravidão, trazendo ao debate público novos atores e concedendo a figuras negras um papel de destaque não só ao processo, mas a história negra, como a instituição do dia 20 de novembro, dia de morte de Zumbi dos Palmares, como um dia a ser comemorado e comemorado pelo significado desta figura histórica⁷⁴. As pesquisas que foram selecionadas são de um momento posterior a tudo isso, demonstrando que não foi só o debate político que mudou o tom, mas as abordagens históricas tornaram-se ainda mais contundentes com o que o contexto político-social.

Não poderíamos deixar de fora dessas mudanças políticas sem mencionar que no ano de 2003 promulgou-se a lei nº. 10.639⁷⁵, nos primeiros dias de Governo Lula, onde mudou as Leis de Diretrizes e Bases da Educação⁷⁶ para tornar obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e incluir no calendário escolar o dia 20 de novembro como o dia Nacional da Consciência Negra. Com os avanços das pesquisas em História da Escravidão e do Pós-abolição, o campo histórico obrigatoriamente deveria contribuir para uma “nova história”, porque não era somente atender uma nova necessidade de ensinar as crianças brasileiras sobre África e afro-brasileiros, mas demonstrar a importâncias destes sujeitos para a história do Brasil.

2.1 As Áfricas invisíveis em Florianópolis

Iniciaremos nossa análise através da dissertação de mestrado da professora Maria das Graças Maria, que defendeu sua dissertação no ano de 1997 na UFSC, sob orientação da professora Dra. Joana Maria Pedro. No ano de publicação do seu trabalho em 1997, numa breve busca no Repositório Institucional da UFSC podemos identificar 24 dissertações que foram defendidas no Centro de Filosofia e Ciências Humanas, dessa totalidade conseguimos que outros dois trabalhos que investigaram os “esquecidos” da historiografia⁷⁷.

⁷⁴ CHALHOUB; FONTES, 2009, p. 220.

⁷⁵ BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e dá outras providências. O parágrafo 1 da referida lei estabeleceu portanto: O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o **estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil** (grifo nosso). O Estado brasileiro comprometeu-se em considerar a história de africanos e afro-brasileiros como necessária para a constituição educacional. A educação torna-se uma ferramenta para vislumbrar uma outra história de formação social da sociedade brasileira, trazendo ao debate personagens que foram colocados como coadjuvantes ou muitas vezes esquecidos.

⁷⁶ Cf. BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. Nº 9394/1996.

⁷⁷ Cf. CAROLA, C. R. **Dos subterrâneos da história**: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, p. 231,

O envolvimento da professora Joana Maria Pedro, como já explicamos anteriormente no capítulo 2, fez parte do início dos cursos de especialização e mestrado na UFSC⁷⁸. Percebemos que o interesse da professora Joana Maria Pedro provavelmente motivou seus alunos a desenvolverem temáticas que estavam determinadas em destacar o papel da mulher e do negro na sociedade catarinense.

No clima de “renovação historiográfica” foi que Maria das Graças Maria desenvolveu e escreveu sua dissertação de mestrado. Em seguida faremos uma abordagem analítica apontando os principais pontos da sua dissertação, sua metodologia, fontes, argumentos defendidos e conclusões. Perceberemos que Maria das Graças Maria buscará demonstrar que os afro-brasileiros estão presentes na cidade de Florianópolis, suas reivindicações por espaços públicos na cidade e na formação de centros de sociabilidade para pessoas negras, demonstrando as dinâmicas sociais que esses cidadãos estavam envolvidos.

Como pano de fundo temos a cidade de Florianópolis no início do século XX passando por mudanças significativas, políticas, econômicas, culturais, urbanísticas etc. A modernização teve como consequência o afastamento dos pobres, que eram indesejados pelo poder público e pelas elites locais⁷⁹. Além dos pobres, a população afro-brasileira também sofria com o estigma da herança da escravidão, já que a abolição havia ocorrido recentemente. Nesse contexto de pós-abolição e modernização da cidade, os sujeitos negros possuíam cada vez menos espaço.

A presença negra é a questão central que motivará Maria das Graças Maria a fazer com que o leitor compreenda que os afro-brasileiros estavam presentes em diferentes esferas da vida social de Florianópolis. A questão do trabalho torna-se fundamental, porque coloca em debate as posições de subemprego que muitos negros estavam condicionados por conta do preconceito que enfrentavam diariamente⁸⁰. Não obstante, temos o papel das mulheres negras que na historiografia sofriam com a invisibilidade. O esforço percebido pela autora é de colocar essas mulheres como protagonista, que mesmo ocupando empregos de lavadeiras, artistas, cargos políticos, diretorias de escolas ou sendo professoras, elas poderiam facilmente serem esquecidas pela escrita da história.

Com a “expulsão” dos negros do centro da cidade de Florianópolis justificada pela modernização da cidade, temos as primeiras formações de comunidades nos morros da capital.

1997; SILVA, J. G. da. **Tensões, trabalho e sociabilidades**: histórias de mulheres em Joinville no século XIX. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, p. 194, 1997.

⁷⁸ GONÇALVES, 2006.

⁷⁹ ARAÚJO, Hermetes Reis de. **A invenção do litoral**: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República. Orientador: Elias Thomé Saliba, 1989. 215 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989.

⁸⁰ MARIA, 1997, pp. 34-35.

O movimento adotado pela autora dessa formação territorial é outra característica explorada por ela. Então, percebemos que homens e mulheres negras, principalmente, estavam ocupando diversas ocupações profissionais, muitas delas em subempregos. O que torna tudo isso interessante é que a autora consegue nos fazer enxergar que as dificuldades enfrentadas pelos negros foram contornadas com estratégias de ressignificação de alguns eventos que ocorriam na cidade.

Devemos adicionar aqui que os procedimentos investigativos adotados pela autora foram o uso da história oral, como ex-membros das sociedades recreativas, jornais da época, fotografias, atas de reuniões dos clubes etc. Percebemos que as diferentes fontes podem trazer uma visão muito mais ampla do significado da presença negra em Florianópolis. Correlacionando esse material a uma abordagem “thompsoniana” da “história vista de baixo”, com Michelle Perrot para compreender o papel da mulher negra na sociedade florianopolitana do início do século XX e de Michael Certeau para o olhar do cotidiano e as invenções que os indivíduos submetidos ao subemprego, a políticas de afastamento do centro urbano e qualquer acesso a uma ascensão social ou vivência social, são os aportes utilizados e operados por Maria das Graças Maria.

Deslocando-se um pouco dessa abordagem mais geral e partindo para uma perspectiva mais biográfica, percebemos que uma estratégia adotada pela autora é de demonstrar que nem todos os negros tinham chances de ascensão social. Ao abordar a trajetória de José Ribeiro dos Santos e Ramiro Farias abra-se um parêntese para mostrar que em alguns casos e com relações sociais bastante específicas poderiam assumir posições políticas “hegemonicamente” brancas⁸¹. O espaço da política catarinense das primeiras décadas do século XX era hegemonicamente branco e elitizado. Quando homens negros adentram esse espaço e mais tarde uma mulher negra, Antonieta de Barros, quase inacessíveis para a maioria negra, foi um espaço conquistado e que trouxe relevância para parte da comunidade que se estruturava em torno dos nomes de Antonieta de Barros⁸² e José Ribeiro.

A constituição física do espaço político de poder, além da importância simbólica, coloca em debate não só a presença do sujeito negro na sociedade catarinense, mas sua relevância para a construção social e cultural da cidade. Enfatizar esse papel de simbolismo é destacar que esses espaços se tornam lugares de memória⁸³. Notamos então que os elementos destacados pela autora sobre a presença em espaços públicos dos afro-brasileiros são: o *Footing da Praça XV*,

⁸¹ MARIA, 1997, pp. 54-64.

⁸² Cf. NUNES, 2001.

⁸³ MARIA, *op. cit.*, p. 125.

A Irmandade Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito dos Homens Pretos, a Dança do Cacumbi, os terreiros de religiões de matriz africana, os clubes e sociedades recreativas e por fim as escolas de samba que nasciam no interior das comunidades que foram criadas como redutos de uma cultura afro-brasileira.

Elencando diferentes aspectos da vida social dos afro-brasileiros compreendemos que a autora buscou investigar de maneira bastante ampla os fatores nos quais a presença negra era possível e que sofriam com os limites impostos pelo poder político, dominado pela elite branca. Argumentou-se, portanto, que esses espaços de atuações foram ressignificados pelos negros, embora sofrendo perseguições políticas e repressões policiais, no caso dos terreiros. O levantamento de Maria das Graças Maria coloca em destaque a riqueza cultural e resistência desenvolvida pelos afro-brasileiros catarinenses, como o papel da resistência e afirmação⁸⁴.

Compreendemos que ser negro na sociedade florianopolitana das primeiras décadas do século XX é primeiro não ter um espaço físico de lazer, pois o *Footing* era uma prática elitista e que teve que ser conquistada pelo negro, ademais os espaços religiosos, como a Irmandade e a Dança do Cacumbi no qual misturam-se elementos religiosos cristãos e africanos, expressando uma prática cultural em evento público.

A formação de clubes e sociedades recreativas torna-se elemento de abordagem da autora para compreender como se organizavam, quem eram seus sócios, os objetivos daquele espaço e sua importância para a comunidade afro-brasileira que frequentava aqueles espaços. A noção de que foram espaços fundamentais para o surgimento e a manutenção de laços de solidariedade entre os cidadãos negros é um aspecto importante para dimensionar o papel que esses locais tiveram. Maria das Graças Maria aborda essa questão com muita clareza porque nos mostra através da pluralidade de ações dos sujeitos históricos diferentes, porque “[...] para tratar-se das populações afro-brasileiras e dos seus territórios deve-se ter em conta a diversidade que os compõe, pois são as ações dos sujeitos que os constituem os territórios”⁸⁵ Essas diferenças são percebidas também por Júlio César da Rosa⁸⁶ ao analisar as sociedades de afro-brasileiros na cidade de Laguna.

Os espaços da comunidade negra definidos como clubes recreativos ou sociedades recreativas congregavam sujeitos que compartilhavam práticas culturais bastante semelhantes. Nas investigações desenroladas pela autora percebemos que alguns espaços eram frequentados por membros do poder político local ou estadual, constatando uma boa relação entre a diretoria

⁸⁴ MARIA, 2002, pp. 142-147.

⁸⁵ *Ibid.*, pp. 177-178.

⁸⁶ ROSA, 2011, 2021.

dos clubes com políticos. O União Recreativa e o Brinca Quem Pode são exemplos de locais de divertimento, mas que possuíam regras que obrigavam seus membros a seguir. Os códigos de comportamento não valiam somente para dentro do espaço do clube. A necessidade de comporta-se bem na vida pública era um modo de mudar os estigmas que existiam sobre a população negra⁸⁷.

A presença de mulheres nos clubes afro-brasileiros não era de protagonismo, já que as relações de gênero presentes na sociedade da época eram replicadas nesses espaços. Apesar da existência de clubes femininos, a pesquisa de Maria das Graças Maria não se dedica a investigá-los detalhadamente. Entretanto, ela menciona a existência de um grêmio feminino na União Recreativa, cujas integrantes desempenhavam o papel de fiscais dos salões. A principal função das fiscais era monitorar o comportamento dos sócios, garantindo que estes seguissem as normas estabelecidas pelo clube, tanto em termos de moralidade quanto de vestimenta.

Ao perceber que as relações dentro das associações não eram apenas reflexos de uma comunidade afro-brasileira unida por práticas culturais, mas também reproduziam comportamentos típicos da época, foi observado por Maria das Graças Maria, Júlio Rosa e Mirian Adriana Branco que os espaços de poder, diretamente ligados às diretorias, eram predominantemente masculinos e pouco acessíveis às mulheres. A hierarquia de gênero era permeada por questões morais que dificultavam a conquista desses espaços pelas mulheres. A ausência das trajetórias e experiências das mulheres negras nesse contexto é apontada por Maria das Graças Maria. Júlio César da Rosa também reconhece a falta de investigação sobre o papel social das mulheres afro-brasileiras nas associações em Laguna em sua pesquisa, não por desinteresse, mas pela falta de tempo para acessar as fontes que pudessem esclarecer e problematizar a questão⁸⁸. A participação das mulheres afro-brasileiras nas sociedades recreativas é mencionada, o autor demonstra que elas constituem parte importante do funcionamento dos clubes.

A evidenciação da invisibilidade dos negros em Florianópolis, a formação dos territórios, as lutas e resistência promovidas pelos afro-brasileiros naquele contexto, a diversidade cultural que manifestaram-se nos terreiros e no sincretismo religioso, no papel dos espaços de sociabilidades criados, desenvolvidos e mantidos por negros, as relações de poder, de conflito e a preservação da cultura negra são alguns dos elementos que colocam o argumento defendido pela autora de “Áfricas Invisíveis” no debate acadêmico. Maria das Graças Maria consegue denunciar a omissão historiográfica que a população negra vinha sofrendo.

⁸⁷ MARIA, 1997.

⁸⁸ ROSA, 2021.

Em 1997, o cenário da historiografia do trabalho social e da escravidão já havia modificado substancialmente⁸⁹, o resultado dessas mudanças são trabalhos como o de Maria das Graças Maria, que fazem da produção histórica um campo de luta social. Consideramos apenas este trabalho da década de 1990 por entender que ele simboliza uma mudança substancial nas abordagens sobre os negros em Santa Catarina, sendo referência para os demais trabalhos analisados em seguida, contribuindo para preencher lacunas na historiografia, que as abordagens “tradicionais” esqueceram por opção, por não acreditar que o cidadão negro fosse aspecto importante para a construção da história de Santa Catarina.

2.2 Corpos negros e invenção da cidadania em Lages

O estudo de Mirian Adriana Branco consiste em uma dissertação defendida em 2002 na UFSC, orientada pela professora Dr^a. Maria Bernadete Ramos, que tem como objetivo investigar o Centro Cívico Cruz e Souza, situado na cidade de Lages, na região serrana de Santa Catarina. A autora desenvolve um debate que se concentra na compreensão do papel desempenhado pelo clube no contexto de formação da sociedade lageana nos moldes modernos de cidadania, no início do século XX. O foco principal é entender como ocorreu a formação da ideia de cidadão e como os membros do Clube Cruz e Souza se inseriram nesse movimento.

Observamos que uma abordagem bastante consistente nos trabalhos analisados, é de inicialmente buscou-se discutir as questões mais teóricas, tanto da condição do negro no período escravista, respeitando as respectivas localidades, projetando um quadro geral das condições que estavam aqueles sujeitos afro-brasileiros no momento anterior da abolição. A questão racial é especialmente discutida pela autora, colocando em debate a inserção na recém proclamada república do “darwinismo social” adotadas pelo discurso da elite política⁹⁰. A questão do darwinismo social é fundamental para compreender a hierarquização “inventada” para a superioridade de uma “raça” sobre as outras. Este ponto é fundamentalmente abordado por Dussel⁹¹ e Grosfoguel⁹² sobre a dominação epistêmica e dos corpos desde a chegada dos primeiros europeus nas Américas.

⁸⁹ CHALHOUB; SILVA, 2009; LARA, 1998.

⁹⁰ BRANCO, 2002, pp. 26-27.

⁹¹ DUSSEL, Enrique. **1492**: o encobrimento do outro (A origem do “mito da Modernidade”). Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

⁹² GROSGOUEL, 2012.

No início do século XX, havia um debate contínuo sobre a necessidade de higienização dos espaços e a padronização dos comportamentos dos cidadãos⁹³. Não sendo diferente em Lages, uma cidade de destaque na região serrana de Santa Catarina, que também estava imersa nesse diálogo⁹⁴. A criação do Centro Cívico Cruz e Souza só se tornou realidade graças ao apoio dessa elite política, que reconhecia a importância desse espaço na moldagem do comportamento dos cidadãos da nova sociedade republicana que estava se desenvolvendo.

As "teorias raciais" daquele contexto influenciaram o posicionamento das elites locais, sendo que as principais interpretações de Nina Rodrigues, Oliveira Viana e Gilberto Freyre tiveram destaque ao analisarem a formação social brasileira. Essas teorias, enraizadas em uma vertente do darwinismo social, que hierarquizava racialmente a sociedade, tiveram um impacto na posição política de alguns membros da elite de Lages. De acordo com Branco⁹⁵, a elite acreditava que os negros poderiam ser educados e participar da modernidade do país, desde que houvesse vontade por parte deles e apoio por parte daqueles que detinham o poder de definir os rumos da cidade. Portanto, os brancos concediam aos negros a oportunidade de se integrarem à sociedade "moderna" mediante a aceitação de certas normas.

A promoção da integração dos negros na sociedade dominada pela elite branca teve várias implicações significativas. A construção de uma identidade nacional e a noção de povo foram moldadas por uma política eugenista do Estado brasileiro. Sob o controle das elites brancas, essa política buscava substituir a presença negra nos espaços urbanos e na ocupação do interior do país com a chegada de imigrantes. Em vez de aderir a visões deterministas baseadas na raça, acreditava-se que apenas transmitindo aos negros e mestiços princípios de civilidade, pertencimento e responsabilidade em relação ao futuro da nação, seria possível vislumbrar um destino mais promissor para o país⁹⁶.

Portanto, a transformação do negro em cidadão estava condicionada às políticas estabelecidas pela elite, que exercia controle sobre o cenário político e, assim, "permitia" a existência de locais como o Centro Cívico. Nesse contexto, o Centro Cívico se tornou um espaço que oferecia oportunidades ampliadas para os indivíduos se aproximarem do conceito de "ser cidadão", onde as pessoas se esforçavam para redefinir e reavaliar sua própria identidade.

⁹³ ARAÚJO, 1989.

⁹⁴ BRANCO, 2002.

⁹⁵ *Ibid.*, p. 45.

⁹⁶ *Ibid.*, p. 58.

Através dos periódicos publicados pelos membros do Centro Cívico Cruz e Souza, a autora pôde estabelecer suas análises nas interpretações que aqueles afro-brasileiros tinham da formação de cidadania em que estavam inseridos⁹⁷. Com a defesa de costumes pautados no “bom comportamento” que fora herdado de uma visão dos brancos sobre o comportamento cultural e corporal dos negros, dando legitimidade para o controle daquilo que era considerado imoral e incivilizado. Nota-se que a posição adotada pelos participantes do Centro Cívico era substancialmente as práticas que os brancos exerciam contra a população negra.

A necessidade de se distanciar daqueles que eram considerados como reproduzindo comportamentos imorais era um tópico abordado em artigos públicos pelo periódico do Centro Cívico. A autora, ao analisar essa questão, destaca que os membros desse grupo adotavam os códigos de civilidade, ao mesmo tempo em que os utilizavam para moldar a imagem do cidadão⁹⁸. Isso nos permite compreender que a diferenciação em relação àqueles que praticavam “incivilidades” não se limitava apenas às ações em si, mas também à maneira como os discursos eram construídos.

Ao adotar o discurso de civilidade reproduzido e introduzido pela elite lageana, podemos compreender que os membros do Centro Cívico Cruz e Souza estavam buscando a concretização da sua inserção como cidadão. Em busca de compreender não só o comportamento desejado para o modelo de cidadão, Mirian Branco também investiga a questão da cor, que passa a ser vista como um fator determinante na construção do conceito de cidadania.

Era esperado que o modelo de cidadão se baseasse no branco, como apontado pela autora ao buscar referências em Ilka Boaventura Leite e Yvone Maggie⁹⁹ nos mostrando que o negro foi colocado na posição de “segunda categoria” e até mesmo de “marginal”. Desta forma, as formas de construções dos discursos dos membros do Cruz e Souza sobre a cor e o “branqueamento” passam a ter destaque, tendo a cor da pele como estigmatizante naquele contexto, enxergando o branqueamento como o mais próximo da civilidade.

Percebemos que essa questão da cor foi elemento de discussão de Júlio César, que encontrou nos discursos orais o branqueamento das pessoas que frequentavam o União Operária, sendo estes enxergados com mais distinção ao passo que os frequentadores do Clube Literário Cruz e Souza que eram considerados negros ou pretos, foram vistos de maneira negativa a partir das memórias que Júlio César se deparou nas entrevistas que realizou.

⁹⁷ BRANCO, 2002, pp. 64-65.

⁹⁸ *Ibid.*, p. 67.

⁹⁹ *Ibid.*, p. 72.

Podemos inferir que o contexto social, vinculado à política eugenista que se desenvolveu a partir dos "interesses médicos e políticos", resultou na segregação daqueles classificados como inferiores, uma política adotada durante a Primeira República. Essa política visava abordar os problemas atribuídos à suposta degeneração social por meio da reestruturação dos espaços físicos.

Essa seleção de quem poderia contribuir para a construção da nação resultou na marginalização de grupos como negros, indígenas e pobres, ou seja, todos aqueles que não se encaixavam no ideal estabelecido. Como afirmado por Branco, essa forma de representação proposta pela ciência continuaria a perseguir aqueles que, inicialmente, eram escravos, depois libertos, e que mais tarde almejavam ser considerados cidadãos¹⁰⁰.

Nota-se que sempre que abordado o período pós-abolicionista o desenvolvimento do tema da situação dos afro-brasileiros passa necessariamente pela discussão do darwinismo social e das interpretações raciais que foram colocadas em debate no início do século XX. Isso alterou profundamente o modo como o negro foi visto depois da abolição, continuando numa posição inferiorizada que foi reformada pelo discurso do branco, europeu e cristão. A necessidade dessa discussão é importante nos trabalhos analisados, porque demonstra que mesmo diante de tantos obstáculos a comunidade negra encontrou formas de organização própria, trazendo para dentro dos seus clubes e sociedades formas positivas de se afirmarem.

Nas conclusões apresentadas pela autora, é evidente que seu estudo revelou que, no contexto pós-abolição no início do século XX, a elite de Lages estava empenhada em selecionar os indivíduos que contribuiriam para a formação da nação no advento da República, no final do século XIX. A pesquisa da autora demonstrou que o Centro Cívico Cruz e Souza foi utilizado pela elite de Lages como um instrumento para influenciar o comportamento de parte da comunidade afro-brasileira local. Ao promover a "clareza" dos comportamentos dos cidadãos, esse espaço proporcionou a formação de um periódico elaborado pelos membros do Centro Cívico e a participação na discussão pública¹⁰¹.

Ao examinar a formação da nação, a pesquisa revela que o Centro Cívico Cruz e Souza em Lages é percebido como um fenômeno viabilizado por uma política liderada pela elite branca. Em um espaço organizado e promovido pelos negros, os indivíduos buscavam se diferenciar e se aproximar do ideal de "ser cidadão", um tema amplamente explorado e debatido pela autora. Sua principal intenção era compreender quem poderia ser considerado um cidadão

¹⁰⁰ BRANCO, 2002, p. 95.

¹⁰¹ *Ibid.*, p. 106.

e como os afro-brasileiros envolvidos nesse movimento do Centro Cívico trabalharam para se aproximar desse ideal.

A pesquisa de Mirian Adriana Branco demonstrou que as organizações às quais os afro-brasileiros podiam pertencer não seguiam um modelo organizacional único. As investigações analisadas tratam de diferentes localidades, cada uma com sua própria história específica de formação política e econômica, que se diferenciam em detalhes sutis. Embora tenha funcionado como uma sociedade destinada à população negra, sua existência dependia da aprovação do poder político exercido por homens brancos.

2.3 Sociabilidades e presença negra no sul de Santa Catarina

Júlio César da Rosa defende sua dissertação de mestrado na UDESC sob orientação do professor Dr. Paulino Jesus de Francisco Cardoso, concluída em 2011 sua dissertação consiste no estudo das sociedades recreativas União Operária e Cruz e Sousa entre os anos de 1903 e 1950, formadas na cidade de Laguna. Sua intenção é perceber como funcionam esses espaços de sociabilidade, as organizações, os motivos que levaram a separação dos sujeitos “pretos e mulatos” em dois espaços recreativos. Além disso, defende a visibilidade das experiências afro-brasileiras na história que coloca em debate as experiências dos sujeitos e coletivos que se formaram ao longo do pós-abolição reinventando as formas de (re)existir.

O primeiro capítulo da dissertação de Júlio César da Rosa aborda a discussão acerca das pesquisas sobre a constituição das sociedades organizadas por afro-brasileiros, bem como os avanços e limites encontrados pelos pesquisadores nessa área. O autor defende que o desenvolvimento dessas pesquisas é fundamental para a compreensão do quadro conceitual adotado e da formação do debate acerca das relações raciais e suas contribuições. Conforme apontado pelo autor, o surgimento e organização desses espaços de sociabilidade do povo negro para o povo negro é um fenômeno essencialmente do século XX, dentro da nova ordem social estabelecida no período pós-emancipação¹⁰².

De acordo com a análise do autor, a bibliografia clássica acerca das relações raciais, bem como as pesquisas que se concentraram na organização da comunidade negra em diferentes contextos, produziram um discurso homogeneizante das relações e práticas sociais adotadas pelos negros após a abolição. O autor também avança em sua discussão, abordando autores da década de 1990, como Maria das Graças Maria, Joselina da Silva e Sonia Maria Giacomini, que, embora tenham avançado em suas abordagens acerca das sociedades negras, construíram

¹⁰² ROSA, 2011, pp. 23-25.

um discurso em torno da "identidade negra" que o provavelmente não fazia parte da realidade daqueles indivíduos.

Ao explorar a cidade de Laguna, o autor destaca que a população negra foi inserida durante o período escravista. A modernização da cidade resultou no deslocamento da maior parte da população empobrecida para bairros distantes do centro, o que era comum em outras localidades e afetava Laguna, excluindo os pobres de seus espaços de lazer e interação¹⁰³. Conforme apontado por Maria das Graças Maria, os negros buscavam sociabilidade nos espaços centrais da cidade, que foram valorizados como forma de combater a exclusão social baseada em políticas higienistas. A dissertação de Maria das Graças Maria destaca que o *footing* na Praça XV adquiriu novos significados para a população negra.

O autor destaca que os afro-brasileiros não tinham ligação com as famílias tradicionais de Laguna, o que resultou em sua ocupação de espaços distintos, afastados da elite local. Suas atividades profissionais se desenrolavam em diversos segmentos sociais. Isso revela que a maioria dos afrodescendentes ocupava posições profissionais com menos influência política e, em alguns casos, eram marginalizados, enquanto um reduzido grupo de afro-brasileiros conseguia se inserir em espaços controlados pela elite branca. Além disso, o autor critica a historiografia catarinense, que, nos seus primeiros anos, com autores clássicos como Oswaldo Rodrigues Cabral, negligenciou ou minimizou a importância das populações de origem africana.

Autores como Cabral e Fernando Henrique Cardoso basearam-se em fontes oficiais, relatórios do presidente da província e relatos de viajantes europeus. Essas fontes destacavam a presença do imigrante europeu no desenvolvimento econômico, político e social da sociedade catarinense¹⁰⁴. No entanto, tais autores minimizaram a atuação da população de origem africana na construção do estado e também da própria historiografia catarinense.

Esses sujeitos não figuram nem como coadjuvantes e foram deliberadamente esquecidos por essa historiografia. Ao comparar Santa Catarina com outros estados que tiveram uma presença mais expressiva, a historiografia catarinense não considerou a experiência histórica dos sujeitos negros. Júlio destaca que a leitura das fontes por parte de Fernando Henrique Cardoso é errônea, pois considera o número de escravizados como irrelevante¹⁰⁵.

¹⁰³ ROSA, 2011, p. 46.

¹⁰⁴ *Ibid.*, p. 53.

¹⁰⁵ *Ibid.*, p. 56.

O desenvolvimento do espaço social dos afrodescendentes é importante para compreender o surgimento das sociedades recreativas em Laguna, segundo o autor:

Os territórios dos afrodescendentes de Laguna eram as sociedades recreativas, não creio que as constituições desses espaços se deram somente em vias de resistência a exclusão, eles se instituem por meio da vontade, solidariedade, sociabilidade em ter um lugar próprio, em que pudessem viver entre seus 'iguais'¹⁰⁶.

Utilizando como fonte um historiador local, Rosa investiga como era a cidade de Laguna nos anos 1880, enxergando esse cenário com criticidade, percebe-se que em zonas centrais havia a presença de afrodescendentes dividindo espaço com outros sujeitos. Cotejando a história local escrita por Saul Ulyseu, Júlio César traz documentos do Livro de Registro dos Sócios do Clube União Operária e anúncios do jornal *O Albor* para que fosse possível “identificar onde esses homens e mulheres residiam, quais eram suas profissões, seu estado civil, bem como suas redes sociais”¹⁰⁷. Traçar o perfil socioeconômico dessa população, incluindo suas profissões, estado civil e redes sociais, foi fundamental para compreender sua presença e ocupação de espaços na sociedade. O autor refuta a visão histórica de que os escravizados eram incapazes de se inserir no mercado de trabalho, apresentando exemplos de diversas profissões ocupadas pelos afro-brasileiros lagunenses, que eram membros ativos de organizações como o Clube União Operária e o Clube Cruz e Sousa.

O autor pretende discutir as trajetórias dos clubes União Operária e Cruz e Sousa, procurando responder às questões do motivo da sua fundação, a organização, quem eram seus membros e frequentadores e como se dava o contato com outros clubes da cidade de Laguna. Para conseguir investigar sobre esses clubes, o autor fez o uso de entrevistas, livros de atas, os estatutos e jornais da época¹⁰⁸. No terceiro capítulo da sua dissertação que Júlio vai destacar as tensões existentes entre aqueles sujeitos com uma ascendência africana, mas que identificavam como “mulatos e pretos” e como isso afetou as relações dos membros dos clubes.

A sociedade recreativa União Operária, estabelecida em 1903, foi fundada por indivíduos que se identificavam como mulatos. Através de uma entrevista oral com um ex-maestro da Banda União dos Artistas, o autor conseguiu traçar um perfil socioeconômico dos membros da União Operária. O entrevistado revelou que a maioria dos membros estava envolvida em atividades comerciais e possuía níveis de educação variados. De acordo com Júlio, fica evidente que “o status, a profissão, o nível educacional e a existência de um processo de seleção são fatores que claramente influenciavam a admissão de novos membros na

¹⁰⁶ ROSA, 2011, p. 58.

¹⁰⁷ *Ibid.*, p. 60.

¹⁰⁸ *Ibid.*, p. 64.

sociedade"¹⁰⁹. A correlação entre uma posição social mais vantajosa aumentava as chances de uma pessoa se tornar membro da União Operária. No entanto, ao analisar a documentação do clube, o autor percebeu que o quadro de membros da União Operária era heterogêneo, com indivíduos de diversas ocupações profissionais¹¹⁰.

A exclusão dos espaços de sociabilidade frequentados por brancos que formavam a elite econômica da cidade não foi o único elemento de divisão. A condição econômica entre “pretos” e “mulatos”, segundo Júlio Rosa, foi um fator importante para essa separação dos espaços associativos¹¹¹. A educação dos associados era uma preocupação importante para os sócios dos clubes, por exemplo, a União Operária mantinha uma escola noturna em funcionamento, que atraía possivelmente trabalhadores que trabalhavam durante o dia¹¹². Ao fornecerem a possibilidade de alguns membros estudarem, demonstrava que percebiam na instrução um modo de buscar melhores condições de vida, a educação torna-se uma necessidade não só para o desenvolvimento individual, mas para a manutenção de um status positivo daquela sociedade.

Júlio Rosa na sua pesquisa encontrou nos relatos e nas documentações elementos que colaboraram para compreender a formação dessas duas organizações de “pretos” e “mulatos” e as razões pelo qual essas separações geraram tantas disputas. Segundo Júlio, por estarem inseridos numa “mentalidade colonial” o fato de serem associados a ex-cativos trazia uma imagem “degradante” e ao buscarem distanciar-se desses estereótipos, acabavam separando os espaços de socialização entre aqueles afro-brasileiros mais bem sucedidos ou com a tez mais clara¹¹³. Percebemos que essa questão é levantada por Maria das Graças Maria, nos relatos dos seus entrevistados que colocavam os frequentadores do Brinca Quem Pode como mais bem sucedidos.

Salientando o fato das diversidades entre os membros de ambas as associações, Júlio afirma que:

Não consideramos esses sujeitos como um grupo homogêneo, como um bloco monolítico, e sim como seres humanos que constroem alianças, pautadas em afinidades, subjetivas, interesses econômicos, amorosos e políticos, visando viver da melhor maneira possível de acordo com seus interesses¹¹⁴.

Pensando, portanto, nas diferentes formações de sociedades em Florianópolis, Lages e Laguna, consideramos que nenhum desses locais carrega a homogeneidade como realidade para

¹⁰⁹ ROSA, 2011, p. 65.

¹¹⁰ *Ibid.*, p. 66.

¹¹¹ *Ibid.*, p. 69.

¹¹² *Ibid.*, p. 70.

¹¹³ *Ibid.*, p. 82.

¹¹⁴ *Ibid.*, p. 90.

o aglutinamento dos afro-brasileiros em espaços de socialização. Como demonstrou o pesquisador, é evidente que as diferenças são ainda mais evidenciadas devido ao contexto sócio-histórico no qual essas sociedades foram fundadas.

Devemos pontuar que a abordagem de Júlio traz também elementos de entrevista oral, como realizado pela Maria das Graças Maria. Ao defrontar-se com relatos orais o autor pode ter contato com a memória de ex-membros do clube União Operária, dando voz e gerando uma análise ainda mais profunda de quem eram seus sócios. Entender a formação do União Operária e Cruz e Sousa foram fundamentais para o desenvolvimento da tese de Júlio César da Rosa, elemento de análise do próximo tópico.

2.4 Associativismo e construção identitária negra em Laguna

A tese de doutoramento de Júlio César da Rosa na Universidade do Vale dos Sinos foi concluída em 2021, sua pesquisa é um aprofundamento das questões que foram investigadas na sua dissertação de mestrado, concluída em 2011 e analisada nas páginas anteriores. Seu trabalho esteve sob orientação do professor Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira¹¹⁵, professor da Unisinos e historiógrafo do Arquivo Histórico do Rio entre os anos 1992 e 2013. O professor Paulo Roberto é uma das referências em História do escravismo e do negro, atuando nos temas do pós-emancipação, trajetórias e redes sociais, relações e identidades étnico-raciais.

O principal objetivo de Júlio na sua tese é de evidenciar a partir das sociedades recreativas de afro-brasileiros entre 1870 a 1950, as “tensões” geradas através das identidades existentes. Através da memória, acionada pela história oral, incluindo-se outras fontes de pesquisa, o autor busca compreender as dinâmicas geradas entre os sujeitos identificados como “afro-brasileiros”, suas relações, as estratégias adotadas por esses grupos e como eles eram enxergados e se enxergavam.

Júlio Cesar da Rosa também critica os autores Piazza e Cabral por não destacarem o significativo papel desempenhado pelos afro-brasileiros na formação do território catarinense. Essa “omissão na narrativa histórica” mais uma vez é um dos motivadores para uma reflexão e necessária “nova história” da formação catarinense. Embora uma das razões para a falta de atenção aos afrodescendentes na historiografia seja a escassez de fontes, a discussão sobre os últimos libertos e o período pós-abolição voltou a ser relevante nas décadas de 1970-80¹¹⁶.

¹¹⁵ As informações foram obtidas através do currículo *lattes* do professor Dr. Paulo Roberto Staut Moreira. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7416066730700319>. Acesso em: 15 nov. 2023.

¹¹⁶ ROSA, 2021, p. 51.

Apesar de as fontes poderem ser um desafio, elas não representaram um obstáculo intransponível para a construção de uma nova perspectiva histórica com foco no protagonismo negro. Percebemos pelos trabalhos analisados que existe uma variedade de fontes documentais, incluindo relatos de viajantes europeus, recenseamentos, mapas populacionais, inventários pós-mortem, periódicos locais, imagens, mapas e literatura relacionada ao Brasil e a Santa Catarina¹¹⁷.

A perspectiva dominante na narrativa da formação da população catarinense, que se concentra principalmente na influência europeia, foi respaldada por autores que negligenciaram a contribuição dos negros, contribuindo para o que Rosa descreve como a construção da identidade. O apagamento da identidade negra se dá na produção dos discursos históricos da "história tradicional" que colocou o imigrante europeu como único ou principal formador da identidade catarinense. O discurso de que Santa Catarina seria uma "pequena Europa" no Brasil ainda é bastante reproduzido ou a denominação de locais como "Vale Europeu" usados como elementos propagandísticos e turísticos.

Propondo-se a entender a formação da Sociedade Recreativa Clube Operário e Cruz e Sousa. Para isso, em sua tese, o primeiro ponto abordado é a Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Assim, o autor enfatiza a importância de "resgatar do abismo do esquecimento" a presença afro-brasileira, não apenas para reconhecer sua participação na sociedade, mas também para destacar que eles contribuíram de maneira significativa para a formação de identidades e modos de vida únicos¹¹⁸.

O associativismo que nascia na Irmandade do Rosário possibilitou o surgimento de outras entidades não religiosas, com participações de homens e mulheres negras. A partir de então, na sua tese, Júlio Cesar Rosa vai analisar a formação da Sociedade Musical União dos Artistas Carlos Gomes compreendendo que confrades da Irmandade fizeram parte desta outra organização. Percebe-se o movimento de membros da Irmandade para a Sociedade Musical que foi fundada no século XIX, o autor utiliza-se da micro-história para compreender a formação dessa Sociedade Musical e quem era seus membros¹¹⁹.

O autor percebeu que alguns indivíduos estabeleciam relações com sujeitos brancos, da elite, mantendo uma relação de compadrio. Ele nos conta que havia o estabelecimento de compadrio entre afro-brasileiros e brancos como testemunhas de casamento e batismo. Assim como as relações poderiam contribuir para ganhar um certo destaque, ser membro de uma

¹¹⁷ ROSA, 2021.

¹¹⁸ *Ibid.*

¹¹⁹ *Ibid.*, p. 117.

sociedade musical, segundo o autor, "proporcionaram alguma margem de autonomia, liberdade, que buscavam por meio do associativismo musical, prestígio, ascensão social, respeitabilidade e inserção social"¹²⁰. Estar e fazer parte era uma necessidade para ser enxergado de outra forma pela sociedade lagunense. A aproximação com membros da elite poderia colocá-los numa posição de distinção ao ter o apoio e o reconhecimento desses sujeitos.

Havia uma distinção entre membros da Sociedade Musical Carlos Gomes e Sociedade Musical União dos Artistas, que foi percebida por Júlio César da Rosa. Tornando-se interessante para sua pesquisa pensando que não havia uma hegemonia entre os grupos de afro-brasileiros presentes em laguna. Esses conflitos são semelhantes aos observados no trabalho de Maria das Graças Maria, nos quais membros insatisfeitos com a administração do clube acabam rompendo relações e estabelecendo outros espaços que refletem suas próprias crenças e ideais.

Como é observado em outras pesquisas, os clubes e sociedades do início do final do século XIX e início do século XX estavam motivadas a desenvolver nos seus membros a participação em festividades, além disso dedicavam-se a promover à educação e cultura entre os sócios. São dinâmicas desenvolvidas para driblar os mecanismos de racismo que foram criados e executados através de uma política eugenista, promovida por diferentes elites locais, que eram dominadas por brancos.

Em contraste a esse cenário de ajuda mútua, aqueles indivíduos que não compartilhavam dos espaços associativos não poderiam usufruir desse amparo. Para aqueles que não tinham laços de solidariedade formados através de sociedades e clubes, poderiam estar em "situações de insegurança"¹²¹. O que Júlio César da Rosa nos mostra na sua tese com o arrolamento das fontes de registro de batismos e casamentos é de uma continuidade de laços que formavam-se no interior desses grupos.

Um dos objetivos do autor é discutir a importância dos laços que se formavam a partir do apadrinhamento como fator de sociabilidade dos sujeitos afro-brasileiros que possuíam relações dentro das sociedades. Não cabe aqui falar de cada arrolamento feito pelo autor, porém vale destacar que essa rede de sociabilidade vai ocorrer ainda no período da escravidão e continua a existir no contexto pós-abolicionista, assumindo um "papel estratégico na construção de sociabilidade" e também "nas relações de parentesco espiritual e sociabilidade"¹²².

Utilizando-se de uma trajetória de um sujeito afro-brasileiro, Rosa procura investigar as conexões de compadrio e as experiências nas quais a vida deste homem esteve envolvida. Ao

¹²⁰ ROSA, 2021, p. 119.

¹²¹ *Ibid.*, p. 125.

¹²² *Ibid.*, pp. 135-136.

reconstruir os vínculos sociais estabelecidos, observou-se uma teia de relações que estabeleceu com sujeitos negros e brancos. Essa experiência não pode ser tomada como regra, Rosa descreve a experiência de Manoel Alano como um exemplo de "dupla identificação social e racial," embora enfatize que mesmo com contato com brancos, ele ainda poderia ter enfrentado discriminação racial¹²³.

A importância em compreender trajetórias como a de Manoel Alano torna necessário a produção de mais pesquisas que tenham como objetivo colocar em destaque experiências de homens e mulheres negras. Em seguida, o foco do autor são as sociedades recreativas União Operária e o Clube Literário Cruz e Souza, ambas organizações da população negra nascidas no início do século XX, no pós-abolição. A intenção é compreender quais eram os fundamentos dessas sociedades, seus membros, membros da diretoria e como esses locais poderiam auxiliar ou alterar a realidade social dos seus participantes.

A Sociedade Recreativa União Operária, estabelecida em 1903, tinha como objetivos difundir a instrução e promover diversões, uma prática comum entre essas sociedades visando combater as consequências do pós-abolição. A omissão do poder público deixou muitas pessoas em condições desfavoráveis.

O autor destaca o nome da instituição, que não refletia a realidade industrial de Laguna, mas sugere que a escolha visava criar uma imagem positiva associada ao trabalho, uma prática comum em agremiações da época. O comportamento dos membros era fundamental, não apenas para permanecer no clube, mas também para a percepção da sociedade em relação a eles. Os estatutos das sociedades estabeleciam regras de comportamento, pois qualquer desvio afetaria não apenas o indivíduo, mas também a imagem de todos os membros da agremiação.

Essas normas visavam evitar generalizações e discriminações que a comunidade negra enfrentava no pós-abolição e ao longo do século XX. A União Operária buscou a formação e instrução de seus membros, estabelecendo escolas, bibliotecas, professores e cursos próprios, com o objetivo de tirá-los da marginalidade e possibilitar o acesso ao voto. Os afro-brasileiros buscaram nas associações o que lhes foi negado pela elite para se tornarem cidadãos completos¹²⁴.

Os associados do União Operária alcançaram uma ascensão social e econômica, o que não era comum para a maioria. Eles ocupavam diferentes profissões que os destacavam na sociedade e na associação. Ao analisar documentos dos clubes, o autor percebeu que esses cidadãos também adquiriram especializações em suas profissões, o que enriqueceu suas

¹²³ ROSA, 2021, p. 150.

¹²⁴ *Ibid.*, p. 171.

trajetórias e destaque de homens e mulheres negras. O autor planeja fazer uma "prosopografia" dos membros, investigando as particularidades de diferentes sujeitos que participaram do clube¹²⁵.

Na busca por narrativas diversas dos afrodescendentes, o autor ressalta trajetórias não documentadas pela historiografia tradicional, enfatizando a importância de investigar mais profundamente as histórias de sucesso de indivíduos negros. Ele destaca a relação de casamento entre filhos dos associados e a colaboração mútua dos membros para preservar o espaço que lhes permitia controlar sua forma de existir como indivíduos e grupo.

O autor entra em uma nova fase da pesquisa, abordando o surgimento e a organização de outro clube de negros em Laguna, o Clube Literário Cruz e Souza, ativo de 1906 a 1950. Ele utiliza diversas fontes, incluindo entrevistas com ex-associados, documentos do clube e periódicos da época¹²⁶. O motivo da homenagem ao poeta Cruz e Souza, como "o melhor poeta do Brasil," é explicado em um dos periódicos. Ao homenagear Cruz e Souza, os sócios estavam enaltecendo sua própria origem afrodescendente.

Conforme a pesquisa avança, o autor observa as relações que os associados mantinham com outros clubes, o que era compreensível em uma cidade pequena, como Laguna, no sul de Santa Catarina. Ele aponta que a proximidade nas relações entre membros e diretorias dos dois clubes levou a tensões e rupturas, resultando na migração de membros da União Operária para o Clube Cruz e Sousa¹²⁷.

A possibilidade de transferência de membros de uma associação para outra evidencia que não havia barreiras rígidas nessas relações. O autor argumenta que não se sustenta a ideia de que as identidades de pretos e mulatos estavam em conflito; o que ocorria eram tensões e desacordos sobre a gestão das associações. Os desentendimentos entre membros noticiados por periódicos não se explicavam por uma questão racial ou de identidade, mas sim em questões políticas relacionadas à liderança das associações. Isso levava a experiências de ruptura temporária nas relações dos membros com as associações¹²⁸.

Isso nos mostra mais uma vez que não se pode homogeneizar as relações entre os membros de diferentes associações e clubes pelo simples fato de compartilharem uma afro-brasilidade. Suas ideias enquanto grupo político e social poderia ser diferente dadas suas visões de mundo, posições econômicas, profissões, formação educacional. Essas diferenças entravam

¹²⁵ ROSA, 2021, pp. 180-183.

¹²⁶ *Ibid.*, pp. 221-222.

¹²⁷ *Ibid.*, pp. 225-229.

¹²⁸ *Ibid.*, pp. 234-235.

em debate quando as questões políticas de administração dos clubes eram motivo de debate. Isso coloca em destaque a necessidade de pesquisas que demonstrem essas tensões criadas entre grupos de afro-brasileiros com o objetivo de mostrar suas diferentes posições e entendimentos sobre a importância dos seus clubes e associações para seus membros.

Os clubes, associações e sociedades promoviam eventos que se estendiam para além de seus espaços privados em ocasiões comemorativas, como o carnaval e eventos religiosos em que os membros tinham alguma relação. Isso era observado tanto em Florianópolis quanto em Laguna, conforme destacado por Maria das Graças Maria e Júlio César da Rosa. O Clube Literário Cruz e Sousa, em Laguna, participou ativamente desses eventos, especialmente no carnaval, entre 1926 e 1949. A participação da comunidade negra nessas festas servia não apenas para celebrar sua identidade, mas também para reivindicar um espaço público que muitas vezes era negado devido a políticas higienistas¹²⁹.

Além das festividades, fazer parte de um corpo político partidário trazia para os membros de associações diferentes relações que poderiam conceder benefícios para os seus espaços de lazer. Maria das Graças Maria nos mostrou que a relação da mesa diretora do clube Brinca Quem Pode com o governador Nereu Ramos fazia-se presente em eventos. Essa relação com o corpo político da elite branca pode ser compreendida como uma necessidade de aproximar-se de um *locus* de atuação que foi quebrado por Antonieta de Barros e José Ribeiro, primeira deputada negra e primeiro vereador negro de Florianópolis.

Em Laguna, o Clube Cruz e Souza não deixou nas fontes, segundo Rosa, uma participação político-partidária¹³⁰. Isso não significa, no entanto, que os membros do clube não tivessem relações com políticos da cidade. Essa aproximação com o cenário político ia de encontro com “uma estratégia de reconhecimento social, exercício de cidadania e desconstrução de estereótipos”¹³¹.

De acordo com Rosa o que pode ter gerado rupturas entre membros dos clubes União Operária e Cruz e Sousa foram as maneiras de administrar e os objetivos que as associações carregavam. Diferentemente da problemática identitária que Júlio César da Rosa percebeu através de entrevistas orais e da própria “memória coletiva”, o identificar-se como negro, mulato ou preto não era um fator de separação dos sujeitos afro-brasileiros presentes em ambos os grupos. Mesmo assim, a União Operária era percebida naquele contexto como uma sociedade

¹²⁹ ROSA, 2021, p. 239.

¹³⁰ *Ibid.*, p. 241.

¹³¹ *Ibid.*, *op. cit.*

de mais “status”, podendo trazer mais relevância para aqueles cidadãos que participavam do espaço¹³².

A intenção de Júlio César da Rosa, a partir deste momento no trabalho, é de compreender a questão da identidade para a existência e manutenção das sociedades recreativas. Embora membros da União Operária pudessem frequentar o Cruz e Sousa, isso não acontecia de modo contrário. Rosa, através da memória de antigos moradores e membros das sociedades, percebeu que essa barreira foi sendo criada por razões de cor e de identificação dos grupos. Ao considerarem o clube Cruz e Sousa um “clube de pretos pobres”, criava-se na memória coletiva a ideia de que o União Operária era espaço de morenos e mulatos, que estavam mais próximo do branqueamento, que tinha sido modelo do modo de ser desde o período colonial¹³³.

Ao adentrar nas questões da memória, o autor não deixa de sustentar seus argumentos através dos teóricos Pollak e Halbwachs, que trazem colaborações para o entendimento de que a memória é um campo de disputa¹³⁴. Sendo assim, as entrevistas que se transformaram em histórias orais sobre o trabalho teórico-metodológico do autor, induz a argumentos de que o cenário criado dessas sociedades foi de segregacionista, algo que o autor não acredita. Sua defesa é de que as diferentes propostas dos clubes trouxeram para dentro dos seus espaços diferentes sujeitos e que uma visão, mesmo que de antigos membros, foi criada baseando-se numa separação identitária¹³⁵.

Em suma, o que podemos observar é que, as entrevistas foram úteis para o autor conhecer não só o funcionamento dos clubes, mas também de como os seus membros e ex-diretores pensavam acerca daquele espaço. A história oral possibilitou para Júlio César da Rosa algo que, provavelmente, uma documentação não poderia transmitir. Através das experiências individuais, nas sensibilidades e memórias construídas, o autor pode perceber espaços de poder no controle da diretoria dos clubes, no estabelecimento de membros do União Operária com uma ascensão social muito significativa que resultou na criação da imagem de um clube de “mulatos, morenos ou pardos” abastados. Em contrapartida, nas memórias o Cruz e Sousa acabou sendo colocado como um espaço para aqueles que não se identificavam ou não eram aceitos na União Operária, criando-se uma imagem de um clube destinado a “pretos pobres”.

¹³² ROSA, 2021, pp. 242-243.

¹³³ *Ibid.*

¹³⁴ *Ibid.*, p. 246.

¹³⁵ *Ibid.*, pp. 256-257.

CAPÍTULO 3: O PAPEL DO INTELLECTUAL E ABORDAGEM DECOLONIAL

O último capítulo deste trabalho de conclusão de curso tem como objetivo discutir os aspectos relativos ao processo de constituição da escrita de uma “nova história” sobre Santa Catarina, concentrando as atenções para o papel de africanos e afro-catarinenses. As experiências associativas organizadas por esses sujeitos históricos forneceram análises importantes para uma nova escrita da história. Esta abordagem temática, sobre os africanos e afro-brasileiros em Santa Catarina, vai muito além do associativismo. Perpassando temas como a educação, a luta política por direitos, o trabalho, intelectuais etc., compondo um mosaico de histórias que foram silenciadas, ignoradas ou esquecidas. A história como a disciplina que problematiza a memória e dá sentido para o passado e o historiador como o profissional que provido de um aparato teórico-metodológico, reconstrói esse passado através de diferentes questionamentos.

Pretendemos defender aqui a ideia de que o posicionamento assumido pelos autores analisados, podem encaixar numa perspectiva decolonial do conhecimento

[...] podemos afirmar que o decolonial como rede de pesquisadores que busca sistematizar conceitos e categorias interpretativas têm uma existência bastante recente. Todavia, isso responde de maneira muito parcial à nossa pergunta, uma vez que reduziria a decolonialidade a um projeto acadêmico. Para além disso, a decolonialidade consiste também numa prática de oposição e intervenção, que surgiu no momento em que o primeiro sujeito colonial do sistema mundo moderno/colonial reagiu contra os desígnios imperiais que se iniciou em 1492¹³⁶.

A postura decolonial assumida por pesquisadores, é o entendimento de que se busca travar uma quebra de paradigma com aquilo que vinha sendo reproduzido através da influência europeia, que iniciou-se no primeiro contato entre europeus e os não-europeus. Com essa classificação de “não-europeus”, compreendeu-se que todos esses indivíduos faziam parte de uma classificação sub-humana.

O não reconhecimento da humanidade no outro, trouxe desde a colonização das Américas o completo domínio dos corpos e das mentes dos não europeus. Essa forma de dominação colonial apontada pelos autores que buscam compreender como a colonização produziu efeitos que duram mesmo após o fim do período colonial¹³⁷, refletimos sobre como a

¹³⁶ BERNADINO-COSTA, Joaze; GROSFUGUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Rev. Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1. p. 75-97, jan/abr 2016, Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/i/2016.v31n1/>. Acesso em: 01 mai. 2023.

¹³⁷ DUSSEL, 1993; BERNADINO-COSTA; GROSFUGUEL, 2016; QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina, pp. 117-142. *In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.* Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf. Acesso em: 11 mai. 2023; MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da

sociedade brasileira se comportou com essas ideias em fins do século XIX e por todo o século XX. Dussel, Bernadino-Costa e Grosfoguel, Quijano, Mignolo, entre outros autores latino-americanos, nos ajudam a identificar que o problema da colonialidade ainda está em todos os aspectos da sociedade contemporânea.

Para Quijano a ideia de raça foi fundamental para a dominação europeia na América Latina, pois essa diferenciação dava ao sujeito europeu “legitimidade” para subjugar o outro e que essa categoria colonial continuou a orientar algumas posições mesmo após o fim sistema colonial¹³⁸. O processo de dominação ao formar novas identidades a partir do olhar europeu, levou também à constituição da "elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento"¹³⁹, a estruturação da dominação foi ampliada para as lógicas do trabalho com a divisão racial, compreendendo também que o conhecimento dos não-europeus não era legítimo.

O poder gestado pela colonialidade que dominou as Américas por mais de quatro séculos, deixou uma profunda mentalidade que se reproduz nos dias de hoje¹⁴⁰ nos mais diferentes aspectos, principalmente nas questões que envolvem a produção do conhecimento, a própria episteme. Boaventura Sousa Santos afirma que “El imperialismo cultural y el epistemicidio son parte de la trayectoria histórica de la modernidad occidental”¹⁴¹, com isso os conhecimentos que não faziam parte do centro “moral e cultural” do mundo “civilizado”, que a própria mentalidade europeia se concedeu, foram vítimas do extermínio.

A condição do extermínio de mentes e corpos vai continuar a repetir-se ao longo dos séculos XVI até os dias de hoje. A lógica imperialista e de epistemicídio foram alterando-se ao passar dos séculos adotando novas práticas para minar as liberdades daqueles que não faziam parte da “civilização”. Hoje devemos lidar com as pressões estadunidenses e europeias, que se comportam como balizadores do mundo que compreendem-se como líderes mundiais¹⁴². A crítica que Ramón Grosfoguel, Dussel e Boaventura Sousa Santos fazem é justamente contra as mentalidades que se desenvolveram e reproduzem-se no interior das universidades. A produção do conhecimento, como querem esses autores, deve ser combativa na medida em que

modernidade, pp. 35-54. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624094657/6_Mignolo.pdf. Acesso em: 03 mai. 2023.

¹³⁸ QUIJANO, 2005.

¹³⁹ *Ibid.*, p. 118.

¹⁴⁰ DUSSEL, *op. cit.*; GROSGOQUEL, 2012; JARDIM, Raoni Machado; NOVION, Martin-Léon-Jacques Ibáñez de. Os intelectuais e acadêmicos latino-americanos: entre dominadores e dominados. **EccoS – Revista Científica**, [S. l.], n. 49, p. 1-22, abr./jun. 2019. DOI: <https://doi.org/10.5585/eccos.n49.10731>.

¹⁴¹ SANTOS, Boaventura de Sousa. Cosmopolitismo y derechos humanos. In: _____. **La Globalización del Derecho: los nuevos caminos de la regulación y la emancipación.** Bogotá D. C., Colombia: Universidad Nacional de Colombia., Instituto de Servicios Legales Alternativos. 1998, p. 208.

¹⁴² GROSGOQUEL, 2012.

abordam questões contrárias ao centro norte-europa e busquem fugir dos aportes teóricos desenvolvidos nessas localidades “imperialistas”.

Percebemos que as questões abordadas por Júlio César da Rosa¹⁴³, Maria das Graças Maria¹⁴⁴ e Mirian Adriana Branco¹⁴⁵ buscam outras perspectivas ao abordar a temática do negro. Percebemos inúmeras críticas aos “historiadores tradicionais” por parte de Júlio na sua dissertação e tese, que busca evidenciar uma presença bastante expressiva de afro-brasileiros em Laguna. Maria das Graças Maria também faz críticas na sua dissertação sobre a visão mais tradicional da histórica, com a abordagem política-econômica e a invisibilização dos indígenas e negros, buscando na construção do protagonismo negro das suas próprias histórias. Embora tenham intencionado outras temáticas que fugiram das abordagens “clássicas”, ainda é possível perceber que o campo conceitual advém de referências europeias.

Ainda que seja muito complicado fugir de aportes teóricos clássicos, como a referência a Thompson quando falamos de uma “história vista de baixo”, Grosfoguel nos mostra que as teorias desenvolvidas na realidade europeia são muito específica, sendo adaptada em outros locais e ainda assim utilizada por diversos autores, por conta da “legitimidade” que esse conhecimento do centro globalizado-moderno traria as abordagens¹⁴⁶. Para todo efeito, Maria das Graças Maria, Júlio César da Rosa e Mirian Adriana Branco conseguem colocar as associações da comunidade negra como principal fator dos desenvolvimentos dos seus trabalhos. As experiências dos afro-brasileiros que precisaram desenvolver formas de incluir-se na sociedade depois de uma massiva exclusão racial foi evidenciada por esses autores. Embora, no trabalho de dissertação de Mirian Adriana Branco podemos perceber que o protagonismo negro ficou em alguns momentos delineado pela atuação da elite lageana.

Diante disso é necessário pensar a posição do intelectual e seu “local de enunciação”, o pensamento decolonial perpassa esse lugar político ligado ao “sul subalterno”. Pontuado por Grosfoguel¹⁴⁷. “O essencial aqui é o *locus* da enunciação, ou seja, o lugar geopolítico e corpopolítico do sujeito que fala”. Evidencia aqui a necessidade de mostrar quem é o enunciador, pois segundo Ramón, na tradição ocidental, buscou-se sempre a omissão, ou categorizado por ele como “egopolítica do conhecimento”, buscando a universalidade daquilo que é falado. Sua posição na produção do conhecimento é que sempre há um lado de pertencimento do autor,

¹⁴³ ROSA, 2011, 2021.

¹⁴⁴ MARIA, 1997.

¹⁴⁵ BRANCO, 2002.

¹⁴⁶ GROSFUGUEL, 2012.

¹⁴⁷ *Ibid.*, p. 119.

“todo o conhecimento se situa, epistemicamente, ou no lado dominante, ou no lado subalterno das relações de poder, e isto tem a ver com a geopolítica e a corpo-política do conhecimento”¹⁴⁸.

No momento em que nossos pesquisadores estão fazendo a elaboração da sua pesquisa, desde a constituição do seu corpo documental, as problemáticas que serão perseguidas, a temática abordada, eles assumem conscientemente ou não, um “lado epistêmico”. A produção do conhecimento, como quer Ramón Grosfoguel, é necessariamente parte das relações de poder, pois conduzem o sujeito-autor às escolhas. Desta forma, Grosfoguel esclarece que desde a reformulação da visão ocidental do conhecimento gerida por René Descartes, mudou completamente a forma que o sujeito é posicionado no enunciado. Essa mudança trouxe significativas mudanças para o “mundo subalterno”, que sofreu sob o domínio europeu, que justificou suas formas de poder através da formulação de conhecimentos “superiores” em detrimento a visões de mundos “inferiores”¹⁴⁹.

Podemos correlacionar o que Ramón Grosfoguel traz com suas críticas ao eurocentrismo com as práticas das políticas adotadas no início do século XX, no contexto pós-abolicionista, em que os afro-brasileiros foram constantemente afastados dos centros urbanos e de qualquer acesso a autonomia econômica ou política. Colocando-os em uma situação “subalterna”, enquanto as elites locais comparavam-se com “cidadãos europeus” e a necessidade de transformar os “ex-cativos” em cidadãos. Percebemos essas estratégias na pesquisa feita por Mirian Adriana Branco, que evidenciou no nascimento no Clube Cruz e Souza de Lages com a autorização de elite lageana uma possibilidade de civilizar os negros daquela cidade.

Pensar a produção de conhecimento histórico sobre os povos africanos e os afro-brasileiros, é pensar não só a memória dos sujeitos esquecidos, também de toda a lógica da “modernidade/colonialidade” que foi produzida desde a chegada dos primeiros europeus. A universidade, como espaço legítimo de conhecimento científico, teve nas ciências sociais e humanidades o trabalho de alterar não só como o espaço do conhecimento era produzido, como também esse conhecimento passou a ser produzido. Nossos autores estiveram coincidentemente ligados ao Programa de Pós-Graduação da UFSC e como vimos anteriormente, passou por modificações e continua até os dias de hoje mudando suas áreas temáticas e colocando em evidência na narrativa histórica estas e outras histórias.

Percebemos que os estudos do associativismo negro ganharam corpo e que estão presentes em diferentes centros de pesquisa e que também outras temáticas que tenham como

¹⁴⁸ GROSGOQUEL, 2012.

¹⁴⁹ *Ibid.*, p. 120.

sujeito histórico o negro. Como o Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense, que tem Ana Maria Mauad, Ângela de Castro Gomes, Hebe Mattos entre outros pesquisadores que fazem parte do laboratório, o laboratório aborda diversas temáticas que envolvem a oralidade e fotografia, dentro dessas temáticas a história de africanos e afro-brasileiros não foram deixados à margem.

Na UDESC, existem dois importantes espaços acadêmicos dedicados ao estudo e valorização das culturas afro-brasileira e indígena. O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), estabelecido desde 2003, desempenha um papel fundamental ao promover o ensino, a pesquisa e a extensão no âmbito da diversidade étnico-racial, buscando promover a igualdade e valorizar as populações de origem africana e indígena. Além disso, a universidade também abriga o Laboratório de Estudos Pós-Coloniais e Decoloniais (AYA), cujo objetivo é reunir pesquisadores interessados nos estudos sobre a África e a história indígena.

Esses espaços acadêmicos mencionados são exemplos do "locus de enunciação", juntamente com os programas de pós-graduação já mencionados anteriormente. Eles desempenham um papel importante ao permitir a produção de conhecimento subalterno, ou seja, conhecimento que emerge de perspectivas marginalizadas. Foi através de locais como esses que as pesquisas sobre africanos e afro-brasileiros se tornaram possíveis, bem como a crítica às lacunas deixadas pela narrativa objetiva da história.

As experiências pessoais dos autores se entrelaçam com as transformações do curso histórico, levando-os a percorrer os caminhos que foram analisados no capítulo anterior. Ao trazer à tona histórias silenciadas, os autores contribuem para os debates e valorização de ideias que hoje são importantes no meio acadêmico. Observamos que as pesquisas sobre o associativismo negro despertaram o interesse dos historiadores, como pode ser constatado em uma breve pesquisa online, onde encontramos diferentes trabalhos que têm clubes ou associações como objeto de estudo¹⁵⁰.

Esses estudos buscam compreender o funcionamento dessas organizações, investigando quem eram seus membros, quais práticas eram adotadas pela diretoria do clube/associação e

¹⁵⁰ Cf. DOMINGUES, Petrônio. "Em Defesa da Humanidade": A Associação Cultural do Negro. **Dados - Revista Ciências Sociais**. 61(1), p. 171-211, jan.-mar. 2018. Disponível em: <http://dados.iesp.uerj.br/artigos/?id=1104>. Acesso em: 31 out. 2023; PICELLI, Pedro de Castro. O Associativismo Negro em Rio Claro: Sujeitos, práticas e ideias na República. **Revista Sem Aspas**, Araraquara, v. 8, n. 1, p. 57-73, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/semaspas/article/view/12585>. Acesso em: 31 out. 2023; CAMPOS, Lucas Ribeiro. Sociedade Protetora dos Desvalidos: mutualismo, política e identidade racial em Salvador (1861-1894). Orientadora: Wlamyra Ribeiro de Albuquerque. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2018; SILVA, Mário Augusto Medeiros da. Fazer História, Fazer Sentido: Associação Cultural do Negro (1954-1964). **Lua Nova**, São Paulo, n. 85, p. 227-273, 2012. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ln/a/NctYPPBBRNFTtwtqhm4zVHQ/?lang=pt>. Acesso em: 31 out. 2023.

como os membros se identificavam. No trabalho de Petrônio Domingues, por exemplo, podemos perceber que a análise da Associação Cultural do Negro em São Paulo, fundada em 1954, desempenhou um papel importante na luta pelos direitos dos negros, abordou também seu envolvimento em questões internacionais, como a luta pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos, o apartheid na África do Sul e os movimentos anticoloniais na África dominada por portugueses¹⁵¹.

No mesmo texto de Petrônio Domingues, reconhece-se que "recentemente, tem crescido um renovado interesse acadêmico pela história da população negra, não apenas nas dimensões africanas e da escravidão, mas principalmente no pós-abolição. Novos personagens, vozes, contextos, eventos, grupos e movimentos vieram à tona"¹⁵². É fundamental compreender que, desde a década de 1990, com o desenvolvimento de diversos cursos de pós-graduação, a temática da escravidão e do pós-abolição desempenha um papel fundamental na escrita da história e na educação.

Além disso, Bernardino-Costa e Ramón Grosfoguel trazem reflexões relevantes sobre a construção de conhecimento e epistemologias que não reproduzem as práticas da modernidade/colonialidade que perduraram por séculos. Eles destacam a importância de romper com a lógica da diferença colonial e da colonialidade do poder, e enfatizam que é a partir dessas fronteiras que surge o pensamento de fronteira como um projeto decolonial. Essa postura é essencial para combater o projeto eurocêntrico da modernidade, no qual o conhecimento tem sido um dos aspectos dominantes¹⁵³.

Os pesquisadores engajados em explorar temáticas relacionadas a negros, indígenas, mulheres, pessoas com transtornos mentais, e outros, sob uma perspectiva decolonial, estão situados no que é conhecido como "pensamento de fronteira". Esse posicionamento representa um espaço no qual são formulados conhecimentos a partir das perspectivas, cosmovisões e experiências dos sujeitos subalternos, situados no sul global. Portanto, há uma conexão intrínseca entre o local e o pensamento, o que implica que o lugar social não é apenas influenciado pela geopolítica, mas também é moldado por hierarquias de raça, classe, gênero e sexualidade¹⁵⁴.

Na modernidade/colonialidade, esses marcadores externos estabelecem uma visão que coloca todos aqueles que não são de origem europeia como inferiores. Isso significa que as

¹⁵¹ DOMINGUES, 2018.

¹⁵² *Ibid.*, p. 174.

¹⁵³ BERNADINO-COSTA; GROSFUGUEL, 2016.

¹⁵⁴ *Ibid.*

noções de inferioridade são profundamente arraigadas na estrutura social e perpetuadas por meio dessas hierarquias¹⁵⁵. No entanto, os intelectuais engajados nesse pensamento de fronteira buscam desafiar e subverter essas ideias coloniais, trazendo à tona conhecimentos e perspectivas que são marginalizados e silenciados pela ordem dominante.

Diante disto, podemos afirmar que os trabalhos de Maria das Graças Maria, Júlio César da Rosa e Mirian Adriana Branco, fazem parte dessas novas perspectivas que se desenrolam desde os anos 1970 e ganham força nos anos 1990. Esses autores encontram-se no que vimos ser o pensamento de fronteira, trazendo uma proposta decolonial de conhecimento. Colocando em debate as memórias, as histórias esquecidas, construindo uma narrativa positiva do povo negro em Santa Catarina.

A escrita dessa história é fundamental para colocar o negro como sujeito das suas próprias experiências, não somente parte do controle que sofreu pelo sistema da modernidade/colonialidade perpetrado pelos europeus. São histórias do pós-abolição que demonstram as diversas formas de resistir e ressignificar suas trajetórias, trazendo elementos importantes para a discussão do acesso à educação, por direitos básicos de cidadania e pelo debate da ocupação de espaços de poder por pessoas afro-brasileiras.

Os espaços de conhecimento produzidos pela modernidade, como a Universidade, durante muito tempo foram dominados por corpos brancos. A mentalidade atrelada a produção do conhecimento durante várias décadas não considerou importante investigar as histórias daqueles sujeitos que não se encaixavam na “normalidade”. Durante o desenvolvimento deste trabalho e com a orientação da professora Glaucia Fraccaro, com as indicações bibliográficas do professor Willian Conceição, pensou-se que seria necessário refletir sobre “branquitude/brancura”, pois entendemos que tem profícua relação com a produção do conhecimento histórico e como ele está posicionado politicamente.

Os estudos raciais sempre se pautaram em estudar o “negro” como objeto. A criação discursiva da raça foi usada ideologicamente como instrumento de dominação política, econômica e social¹⁵⁶. No século XIX esse discurso se torna científico, através de “métodos” procurou se provar na superioridade da raça branca, colocando o europeu no topo da pirâmide do desenvolvimento social.

¹⁵⁵ BERNADINO-COSTA; GROSGOUEL, 2016.

¹⁵⁶ CONCEIÇÃO, Willian Luiz da. **Branquitude**: dilema racial brasileiro. Rio de Janeiro (RJ): Papéis Selvagens, 2020. 89 p. Disponível em: <https://papeisselvagens.com.br/produto/branquitude-dilema-racial-brasileiro/>. Acesso em: 25 set. 2023.

Atrelado ao discurso eurocêntrico, é percebido por Willian Conceição de que a “ideia de brancura foi fabricada ao longo dos anos¹⁵⁷. Ser branco torna-se, portanto, uma condição de privilégio na sociedade moderna, a continuidade do poder político, econômico, social e cultural é dado através da raça. Os discursos da branquitude serão reproduzidos e compreendidos por teóricos como instrumentos de biopoder, utilizando o racismo como uma das formas de manutenção do *status quo*.

O desenvolvimento dos discursos científicos sobre raça no contexto brasileiro foi analisado por Lourenço Cardoso¹⁵⁸ e Willian Conceição¹⁵⁹ e de que essas formações discursivas sempre privilegiaram os brancos, embora muitos deles considerem o “mestiço”, como Gilberto Freyre e Silvio Romero um “elemento positivo” na combinação histórica entre europeus, africanos e indígenas.

As considerações de Gilberto Freyre sobre a formação racial da sociedade brasileira trouxeram na década de 1930 a ideia de democracia racial, uma sociedade harmoniosa para não-brancos. Sua análise nas décadas de 1960 foi contestada por Florestan Fernandes, que colocou em xeque essa democracia racial e a denominou como um “mito”. Esse discurso de democracia racial fez parte dos contextos que surgiram os clubes e sociedades recreativas que foram elementos de análises dos trabalhos citados no capítulo anterior.

Podemos mensurar que a sociedade brasileira nas décadas pós-abolição não vivia uma democracia racial. Essa realidade faz parte de um discurso onde brancos analisaram a sociedade brasileira através de racista. O que vimos nas análises de Maria das Graças Maria, Mirian Branco e Júlio César da Rosa, foi o desenvolvimento da organização da comunidade negra para atender demandas específicas de seus grupos. Percebemos que não existia uma hegemonia e nenhuma estruturação de um movimento negro.

As dificuldades econômicas e sociais ficaram claras através das análises dos trabalhos, demonstrando que as condições que a sociedade catarinense ofereceu para os afro-brasileiro, na sua maioria, foi a marginalização e expulsão dos centros urbanos¹⁶⁰. A dominação dos corpos negros com a necessidade destes corpos em adquirirem comportamentos para serem considerados cidadãos¹⁶¹. Os diferentes modos de compadrios desenvolvidos no interior de

¹⁵⁷ CONCEIÇÃO, 2020, p. 28.

¹⁵⁸ CARDOSO, Lourenço. **O branco "invisível"**: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (período: 1957-2007). 2008. 231 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Faculdade de Economia, Centro de Estudos Sociais - Programa de Mestrado e Doutorado "Pós-Colonialismos e Cidadania Global", Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.

¹⁵⁹ CONCEIÇÃO, *op. cit.*

¹⁶⁰ MARIA, 1997.

¹⁶¹ BRANCO, 2002.

clubes em Lagunas, condições de ajuda mútua e ligações identitárias para o desenvolvimento de uma comunidade negra¹⁶².

O racismo é uma realidade que no Brasil se tornou estrutural. Episódios de racismo são vividos em diversos espaços, vemos exemplos de racismo nos espaços desportivos, como os estádios de futebol, em lojas de shopping centers, em abordagens policiais. A branquitude foi naturalizada ao longo da história da sociedade brasileira como "padrão" e todos aqueles que não engendram dentro desse fenotípico, estão sujeitos a qualquer julgamento. O racismo, portanto, passa a ser combatido pelo movimento negro, trazendo para o debate a valorização não só do "ser negro", como também a valorização da cultura e principalmente o combate à discriminação racial.

Portanto, o combate ao racismo deve assumir diferentes esferas da sociedade. A educação e a disciplina de história deve ser um dos mecanismos a combater o racismo estrutural que no Brasil tende a ser naturalizado. A discussão histórica sobre a presença negra no estado de Santa Catarina e no desenvolvimento do estado catarinense precisa adentrar o ensino básico, fazendo com que esse aspecto seja explorado por professores que se comprometam com a luta antirracista.

¹⁶² ROSA, 2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos ao longo deste trabalho analisar as diferentes escritas da história sobre o povo negro na sociedade catarinense. O sul do Brasil, principalmente Santa Catarina e Rio Grande do Sul, conhecidos pelos discursos do progresso econômico motivados pela presença europeia, segregaram no campo da história o esquecimento/invisibilidade dos homens e mulheres afro-brasileiros que tiveram suas vidas e destinos alterados no momento de rapto e comércio na formação da colônia.

Percebemos através das leituras de obras clássicas que a presença negra na cidade de Florianópolis e no território catarinense como um todo foi sempre muito relativizado, mesmo nas décadas de 1960 com o desenvolvimento de outras interpretações do povo negro na sociedade brasileira, principalmente com a Escola Paulista de Sociologia.

Essas interpretações começam a ser questionadas nas décadas de 1970 e 1980 por duas razões, com a introdução de novo aparato metodológico e perspectivas históricas que trouxeram novas formas de enxergar os processos históricos, analisando-os com outras categorias analíticas. A história do social do trabalho e o marxismo contribuíram proficuamente para o desenvolvimento de outras abordagens, trazendo para discussão a luta de classes, classe social, entre outros conceitos. O campo da Antropologia Social também foi fundamental para que os estudos de identidades e relações interétnicas fomentassem mudanças substanciais nas abordagens históricas.

Durante o período da redemocratização do país e durante a Constituinte conseguimos perceber que um movimento popular bastante condizente com as modificações sociais necessárias para o estabelecimento de uma relação democrática. A carta magna pensada e escrita por diferentes representatividades sociais, realizada num momento histórico não só de importância ímpar para o período de retorno à democracia, naquele contexto “comemorava-se” entre muitas outras o centenário da abolição, no qual, o movimento negro não enxergava como comemorativo. Tratava-se de um momento de ressignificação daqueles cem anos do fim da escravidão e de quais avanços sociais, econômicos e políticos foram concretizados em prol dos afro-brasileiros.

A análise que propusemos abordou os trabalhos desenvolvidos entre 1997 e 2021 que tiveram como objeto os clubes e associações negras em diferentes cidades de Santa Catarina. Esses clubes e associações surgiram com diferentes propostas e em contextos históricos bastante semelhantes, as diferenças se dão justamente nas localidades que estão inseridos. Os autores tiveram o trabalho metodológico bastante semelhante, diferenciando-se da abordagem

de Mirian Branco para as de Maria das Graças Maria e Júlio César da Rosa que tiveram a história oral como método de pesquisa para investigar os clubes e como os membros destes eram enxergados nas cidades de Florianópolis e Laguna.

Desvendar as África Invisíveis em Florianópolis foi tarefa proposta por Maria das Graças Maria que colocou em destaque o processo de modernização da capital catarinense, as políticas higienistas que tiveram influência no afastamento das populações mais pobres do centro urbano. A formação das comunidades nos morros das capitais no entorno do centro foi elemento importante para a constituição de clubes de afro-brasileiros.

As contribuições de Maria das Graças Maria foram importantes para nos mostrar a presença e organização negra nas mais diferentes esferas sociais. O seu trabalho evidencia uma complexa formação de clubes em Florianópolis e as relações sociais estabelecidas pelos membros da diretoria com dirigentes políticos, incluindo o governador do Estado. Isso demonstrou uma relação bastante específica dos membros dos clubes com o poder político local e estadual, denotando a relação consolidada entre esses personagens da vida pública.

Na investigação de Mirian Branco percebemos uma discussão bastante específica do processo de formação de cidadãos na serrana de Lages. A formação do Centro Cívico Cruz e Souza foi um artifício usado pela elite lageana para desenvolver na população negra e mulata da cidade “preceitos” de cidadania. Em inícios do século XX, com as modernizações das cidades, torna-se um cidadão era seguir moldes de comportamento ligados a elite que se espelhavam nos grandes centros urbanos europeus. O desenvolvimento do seu trabalho deu-se principalmente por periódicos públicos pelo clube Crus e Souza, analisando suas ideias foi possível ter contato com as ideias nas quais estavam envolvidos.

Nos trabalhos desenvolvidos por Júlio César da Rosa em sua dissertação e tese ficou claro o desenvolvimento e aprofundamento da sua pesquisa em relação aos clubes lagunenses. Suas pesquisas demonstraram o desenvolvimento dos clubes recreativos União Operária e Cruz e Sousa, bem como as relações e debates em torno da formação da identidade étnica que ocorria entre membros dos clubes daquela cidade. A discussão sobre a presença afro-brasileira na cidade de Laguna contribuiu para o debate temáticas referentes as experiências do povo negro, bem como sua organização e sociabilidades. Visibilizar essa população negra numa cidade do interior do sul de Santa Catarina serve também para contestar uma historiografia catarinense que não visibilizou essa parcela da população nas análises históricas, como contribuiu para a compreensão do processo histórico que Laguna sofreu.

Por fim, compreendemos que as diferentes investigações contribuíram para uma nova escrita da história de Santa Catarina, trazendo sujeitos históricos que foram deliberadamente

esquecidos por historiadores catarinenses. Percebemos que essas mudanças ocorrem desde a década de 1990, principalmente com as mudanças nos cursos de mestrado e doutorado das universidades federais e o contexto de redemocratização brasileiro.

Ao pretender abordar um aspecto da história do povo negro e os trabalhos que tiveram como objetos clubes e associações, sabemos que outras investigações abordaram aspectos que a população afro-brasileira. Nas outras dinâmicas da vida social que estiveram presentes a população negra no contexto pós-abolição precisará ser objeto de investigação para outra pesquisa. Acreditamos que o desenvolvimento de pesquisas que tenham como sujeitos históricos os “esquecidos” trará maior reflexão e compreensão para a sociedade multiétnica na qual vivemos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ARAÚJO, Hermetes Reis de. **A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República**. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, p. 215 1989.

BERNADINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Rev. Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1. p. 75-97, jan/abr 2016, p. 15-24. DOI: Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/i/2016.v31n1/>. Acesso em: 01 mai. 2023.

BRANCO, Mirian Adriana. **Corpos nefastos — cidadania incerta em Lages, o Centro Cívico Cruz e Souza e a invenção da nação**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, p. 115, 2002.

BRASIL. **Lei nº 11.645/2008**, 10 de março de 2008. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm. Acesso em: 03 mar. 2022.

CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octavio. **Côr e Mobilidade Social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 196 p. Disponível em: <http://brasilianadigital.com.br/obras/cor-e-mobilidade-social-em-florianopolis>. Acesso em: 20 nov. 2021.

CARDOSO, Lourenço. **O branco "invisível": um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (período: 1957-2007)**. 2008. 231 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Faculdade de Economia, Centro de Estudos Sociais - Programa de Mestrado e Doutorado "Pós-Colonialismos e Cidadania Global", Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.

CARVALHO FILHO, Silvio de Almeida; NASCIMENTO, Washington Santos (org.). **Intelectuais das Áfricas**. 1. ed. Campinas: Pontes Editores, v. 1, 2019.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney; FONTES, Paulo. História Social do Trabalho, História Pública. **Perseu – História, Memória e Política**, v. 3, n. 04, p. 219-228, 2009. Disponível em: <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/185>. Acesso em: 31 ago. 2023.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos Ael**, Campinas, v. 26, n. 14, p. 11-49, 2009. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ael/article/view/2558>. Acesso em: 10 out. 2023.

CONCEIÇÃO, Willian Luiz da. *Branquitude: dilema racial brasileiro*. Rio de Janeiro (RJ): Papéis Selvagens, 2020. 89 p. Disponível em: <https://papeisselvagens.com.br/produto/branquitude-dilema-racial-brasileiro/>. Acesso em: 25 set. 2023.

DOMINGUES, Petrônio. “Um desejo infinito de vencer”: o protagonismo negro no pós-abolição. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 118-139, jul-dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/CNTvf4QcpGvMk9b5qdh3Jjq/?lang=pt>. Acesso em: 29 nov. 2021.

_____. “Em Defesa da Humanidade”: A Associação Cultural do Negro. *Dados - Revista Ciências Sociais*, 61(1), p. 171-211, jan.-mar. 2018. Disponível em: <http://dados.iesp.uerj.br/artigos/?id=1104>. Acesso em: 31 out. 2023.

DUMOULIN, Olivier. *O papel social do historiador: da cátedra ao tribunal*. 1. ed. São Paulo: Autêntica Editora, 2017.

DUSSEL, Enrique. *1492: o encobrimento do outro (A origem do “mito da Modernidade”)*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

GARCIA, Fábio (org.). *Ildefonso Juvenal da Silva: um memorialista negro no sul do Brasil*. Florianópolis: Editora Cruz e Sousa, 2019.

GONÇALVES, Janice. Parte I: Narrar. Capítulo III: “Novos e “velhos”: ser historiador em Santa Catarina, pp. 95-128. *In*: _____. *Sombrios Umbrais a Transpor: Arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX*. Tese (Doutorado em História) — Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, São Paulo, p. 444, 2006.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, [S. l.], v. 80, p. 115-147, 1 out. 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/697>. Acesso em: 06 jan. 2022.

_____. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, abr. 2016. (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922016000100003>. Acesso em: 10 jan. 2022.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 5, p. 7–41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 06 jan. 2022.

JARDIM, Raoni Machado; NOVION, Martin-Léon-Jacques Ibáñez de. Os intelectuais e acadêmicos latino-americanos: entre dominadores e dominados. *EccoS – Revista Científica*, [S. l.], n. 49, p. 1-22, abr./jun. 2019. DOI: <https://doi.org/10.5585/eccos.n49.10731>. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/10731>. Acesso em: 03 mar. 2022.

LARA, Silvia Hunold. Blowin' In The Wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, São Paulo, n. 12, p. 43-56, 1995. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11300>. Acesso em: 31 out. 2023.

_____. Escravidão, Cidadania, e História do Trabalho no Brasil. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, São Paulo, n. 16, p. 25-38, 1998. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11185>. Acesso em: 31 out. 2023.

LEITE, Ilka Boaventura. Descendentes de Africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. *In*: _____. (org.). **Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. pp. 33-57.

MARIA, Maria das Graças. “**Imagens Invisíveis de Áfricas Presentes**”: Experiências das populações negras no cotidiano da cidade de Florianópolis (1930-1940). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, p. 257, 1997.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Transdisciplinaridade e decolonialidade. **Rev. Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1. p. 75-97, jan/abr 2016. DOI: 10.1590/S0102-69922016000100. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/i/2016.v31n1/>. Acesso em: 05 mai. 2023.

MENDONÇA, Joseli; MAMIGONIAN, Beatriz; TEIXEIRA, Luana (orgs.). **Pós-abolição no Sul do Brasil: associativismo e trajetórias negras**. Salvador: Sagga, 2020.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade, pp. 35-54. *In*: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624094657/6_Mignolo.pdf. Acesso em: 03 mai. 2023.

NETO, Godofredo de Oliveira. **Cruz e Souza: o poeta alforriado**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2010.

NUNES, Karla Leonora Dahse. **Antonieta de Barros: Uma História**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, p. 159, 2001.

PEDRO, Joana Maria *et al.* Escravidão e preconceito em Santa Catarina: história e historiografia. *In*: LEITE, Ilka. Boaveutra. (org.). **Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. pp. 229-247.

PEREIRA, Almicar Araujo. “**O Mundo Negro**”: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, p. 268, 2010.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina, p. 117-142. *In*: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**.

Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em:
https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 11 mai. 2023.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 5, ed. 8, pp. 170-198, jun. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/FRCsRSBMxZHwc7mD63wSQcM/?lang=pt>. Acesso em: 29 nov. 2021.

ROSA, Júlio César da. **Sociabilidades e territorialidade**: A construção de sociedades de afrodescendentes no sul de Santa Catarina (1903/1950). Dissertação (Mestrado em História do Tempo Presente) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, p. 106, 2011.

_____. **Associativismo negro em Laguna e a construção identitária**: Irmandade, Sociedades Musicais e Clubes Negros (1870 a 1950). Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, p. 337, 2021.

SAID, Edward Wadie. **Representações do intelectual**: as Conferências Reith de 1993. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Cosmopolitismo y derechos humanos. *In*: _____. **La Globalización del Derecho**: los nuevos caminos de la regulación y la emancipación. Bogotá D. C., Colombia: Universidad Nacional de Colombia., Instituto de Servicios Legales Alternativos. 1998. pp. 176-232.

_____. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: CES, 2009. pp. 23-72.

SILVA, Lúcia Helena Oliveira; XAVIER, Regina Célia Lima. Historicizando o associativismo negro: contribuições e caminhos da historiografia. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 11, p. 1-15, 2019. DOI: 10.5007/1984-9222.2019.e67320. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2019.e67320>. Acesso em: 29 nov. 2021.

SILVA, Mário Augusto de Medeiros. Em torno da ideia de Associativismo Negro em São Paulo (1930-2010). **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 445-473, mai./ago., 2021.

TEIXEIRA, Luana.; PEREIRA, Lucésia (orgs.). **Trajano Margarida**: o poeta do povo. Florianópolis: Editora Cruz e Sousa, 2019.

THOMPSON, Edward Palmer. Intervalo: a lógica histórica. *In*: _____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro (RJ): Zahar Editores, 1981. pp. 47-62.

WOLFF, Cristina Scheibe. Historiografia catarinense: uma introdução ao debate. **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis, v. 3, n. 1, p. 52-61, 2009.